



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONJUNTA - FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / TURISMO E DESPORTO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1687/09	DATA: 06/10/2009
INÍCIO: 15h10min	TÉRMINO: 18h02min	DURAÇÃO: 02h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h51min	PÁGINAS: 64	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO FORTES – Ministro de Estado das Cidades.

SUMÁRIO: Discussão sobre providências relativas à organização da Copa de 2014.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo e Desporto e com a Comissão de Desenvolvimento Urbano.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Declaro aberta a reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo e Desporto e com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, destinada a discutir providências relativas à organização da Copa de 2014.

Convido para tomar assento à mesa o Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Deputado Afonso Hamm, e o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Eduardo Sciarra, para que possamos receber o nosso convidado de hoje, Ministro Márcio Fortes, do Ministério das Cidades, que convido também para tomar assento à mesa.

Agradecemos ao Ministro pela presença. Conforme combinado com sua assessoria, S.Exa. comparece aqui para nos falar sobre quais providências o Ministério das Cidades está tomando, como estão se desenvolvendo os projetos para a organização da Copa de 2014.

Esta audiência é conjunta porque foi também requerida na Comissão de Turismo e Desporto pelo Deputado Jackson Barreto, que por estar viajando não pôde comparecer, e também pelo Deputado Eduardo Sciarra, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e do Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da nossa Subcomissão Especial da Copa de 2014, a quem peço que também tome assento à mesa.

Agradecemos pela presença dos demais Parlamentares.

Vamos procurar fazer uma audiência pública bastante objetiva, Ministro. Sabemos que V.Exa. tem compromissos já agendados e a ideia é que faça uma exposição sobre o que o Ministério tem até agora para nos informar. Depois ouviremos as perguntas dos Parlamentares.

Peço silêncio ao Plenário e, imediatamente, passo a palavra a V.Exa. por 20 minutos ou mais, se achar necessário.

Com a palavra o Ministro Márcio Fortes.

O SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES - Boa tarde, Presidente, Deputado Silvio, queridos Deputados Afonso Hamm e Eduardo Sciarra.

Agradeço pelo convite que me foi feito para estar aqui. Havia sido marcada uma data anterior, mas achamos, de comum acordo, que seria melhor passar para hoje e quase que de hoje propusemos passar para a semana que vem, porque os

[P1] Comentário: Supervisor.:Víctor

[P2] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto Taq.:Cláudia Almeida Rev.:



fatos vão ocorrendo, o xadrez vai sendo montado e a exposição fica mais completa quanto mais tenhamos avaliado, quanto mais tenhamos discutido o assunto.

Trata-se de tema complexo. Tenho a vaidade de dizer que estive presente à Copa do Mundo de 1950, no Maracanã. Eu era pequenininho, tinha 9 anos, fui ao Maracanã. Era outro momento, que não requeria tantos investimentos como hoje. O grande investimento foi a construção do estádio. A cidade não se organizou tanto assim, não mudou tanto assim; o esforço foi o de construir na área do Derby um estádio gigantesco. Lá os jogos foram realizados e, coisa impressionante, meu caro Deputado Sílvio: ficou tudo pronto às vésperas da Copa. Esta é uma preocupação que sempre existe: o cronograma de obras. Ficou tudo pronto às vésperas da Copa. Eu fui à inauguração do estádio num jogo entre cariocas e paulistas. Os andaimes ainda não haviam sido retirados. Era um jogo noturno, vencido por 3x1 pelos cariocas, com gol de Didi, inclusive. Em cima da hora da inauguração para a Copa concluiu-se a obra e foram retirados os andaimes.

Sessão nostalgia. Todo mundo aqui é jovem, ninguém esteve lá, mas o jogo com o México, vencemos por 4x0; com a Espanha, estive lá cantando “Eu fui às touradas de Madrid”. Ganhamos o jogo por 6x1. Bons tempos aqueles em que fazímos 6x1 na Espanha. Lamentavelmente, também na final eu também estava, antes muito alegre com aquele 1x0 e, depois, muito triste com a virada. Realmente, foi um dia de muita tristeza, de muito choro, mas de muito aprendizado, porque é só errando que se aprende. *Errando discitur* é como se fala em latim, ou seja, errando é que se aprende. E foi o caminho para muita coisa, caminho não só para se encontrar a organização no futebol brasileiro, mas também, em paralelo, um caminho para se aprender muito até chegarmos à realização de mais uma Copa no Brasil. Devemos ver o que os outros fizeram; o que podemos fazer melhor; o que temos de atratividade que outros organizadores não tiveram; que vontade política nós temos, pois outros a tiveram apenas parcialmente; que disponibilização de recursos esperamos ter em comum acordo com a cidade sede, não só o apoio técnico como o apoio financeiro, o necessário a permitir o que chamamos de “cobertor financeiro”.

A Copa do Mundo tem várias vertentes nas preocupações governamentais. Sempre quando se fala em turismo vem a colocação da segurança. Se bem que pesquisas anteriores sobre segurança revelaram que este não era o tema principal.

[P3] Comentário: Sessão:1687/09 Quarteto
Taq.:Cláudia Almeida Rev.:



Recentemente, porém, uma pesquisa revelou, por ocasião da nossa candidatura às Olimpíadas, que o Brasil está em uma posição diferente, pois nos últimos 10 anos as pesquisas vêm revelando que a preocupação do turista, muitas vezes, é com a limpeza das cidades, não tanto com a segurança. Então, esse é um tema que eu não pode ser esquecido.

Em nossa área teríamos que pensar em quê? Só em mobilidade urbana? Ou será que deveríamos pensar também, Presidente, em saneamento? O turista espera ter um bom deslocamento do aeroporto, da rodoviária, do porto até o hotel e de lá até o local do evento, mas no seu hotel ele espera ter água tratada de qualidade. Ele terá preocupações também diretas ou indiretas com o saneamento via esgoto, coleta e tratamento de esgoto. E isso irá refletir onde? Nos passeios. Se ele estiver no Rio de Janeiro, por exemplo, o turista vai à praia e verá, por exemplo, esgoto a céu aberto!? E se for a outra cidade litorânea brasileira qualquer, será que esse turista encontrará problema também de praias poluídas e de lagoas poluídas, rios poluídos?... De fato, a poluição está ali, oriunda de esgoto coletado e não tratado.

A mobilidade é outro tema que nos afeta. Os senhores sabem que a FIFA coloca como questão de segurança a possibilidade do esvaziamento do estádio em até 8 minutos em caso de emergência. Vamos pensar se conseguiremos colocar todo mundo em 8 minutos na rua e também depois, ou seja, se faremos fluir o trânsito a partir daquele local do evento. Mas não é só isso: a preocupação está com o deslocamento rápido, seguro e tranquilo dos torcedores, dos turistas, entre os pontos chaves que são a arena, o aeroporto, o porto ou a rodoviária e a zona hoteleira. Esses são os pontos chaves para se pensar em mobilidade.

Outros temas estão afetos aos demais Ministérios, a exemplo da questão da hotelaria. A hotelaria passa pela renovação ou pela construção. Há muitos hotéis no Brasil que são novos, há outros que foram construídos há 30 anos ou 40 anos e precisam de reformas. E os hotéis têm que estar dotados dessas condições de saneamento a que me referi. Então, uma coisa puxa outra.

A questão de segurança é um tema também a ser tratado em Ministério próprio. Há a questão da saúde, pois deve haver o atendimento dos torcedores, disponibilização de atendimento de emergência, de unidade de pronto atendimento, tal como chamamos hoje em dia. Enfim, sucessivamente esses temas vão sendo



desdobrados. Se pensarmos no Ministério da Defesa, vamos cair na Infraero, pois há a questão da recepção do aeroporto. Quanto à disponibilização do transporte já entra o meu Ministério, assim como a questão da operação portuária. A questão aeroportuária, nos aeroportos, é da Infraero, mas quando passamos para a Companhia Docas vamos ver a questão da operação portuária, que é importante porque, em muitos locais, o barco ou o navio eventualmente poderão ser objeto de disponibilização de quartos, servindo como hotelaria. Vou falar disso mais adiante.

Então, temos aí alternativas várias que estou colocando apenas para começar das preocupações que se têm com a realização do evento. E quando caímos no Ministério do Esporte, que é coordenador de tudo, o ponto de chave que está na cabeça de cada um dos senhores é o seguinte: os estádios serão remodelados ou construídos a tempo? E o que fazer deles após o evento? Devemos pensar nisso também: não só antes, mas após o evento.

Estou colocando, caro Presidente, alguns temas para reflexão, porque o objetivo, segundo entendo, desta primeira visita — e estou à disposição da Comissão para vir outras vezes — é externarmos as preocupações e diretrizes que podem e serão adotadas para, depois, discutirmos como priorizar os apoios. Estarei pronto a voltar aqui para detalhar o que for necessário. Não estou me furtando a qualquer pinga-fogo que possa ser feito, mas especificamente estarei sem condições de dar uma resposta definitiva — e quero deixar isso bem claro — a respeito do tema “Mobilidade”. Digo isso porque há apenas 2 semanas estamos recebendo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários, Governadores e Vice-Governadores para que eles façam exposições sobre os seus projetos de mobilidade urbana. Ou seja, quais são as intenções que teriam essas autoridades em fazer uma parceria ou obter apoio financeiro de parte do Governo Federal para realização desses temas.

Concomitantemente a algumas dessas reuniões, também tratamos da situação dos estádios e do turismo, principalmente quanto à disponibilização de quartos. Todos os senhores sabem que existe um problema delicado: o início de obras. Creio que já no dia 1º de março, se não me engano, as obras têm de estar começando. Porém, em muitos casos, ainda existem até dúvidas quanto ao tipo de construção.



Sr. Presidente, vou perder 3 minutos para falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor pode falar, não há pressa. Nós somos poucos.

O SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES - Eu gosto de fazer exposições assim, conversando mais, sem a necessidade de detalhar números.

Há situações em que devemos verificar se o estádio é realmente objeto de investimento público, se é pertencente ao Poder Público ou é privado. Devemos estudar qual será a relação com o dono do estádio. Há situações em que os projetos estão bem encaminhados, sejam os projetos básicos ou até executivos. Mas há situações em que ainda há dúvidas, por exemplo, se o estádio poderá ser construído em alvenaria ou se utilizando estruturas metálicas que poderiam ser desmontadas, removidas e utilizadas em outros lugares para outros fins, principalmente para outros estádios menores. Então, estamos numa fase de definição desses temas

Lembro que está sendo oferecida pelo BNDES uma linha de financiamento para construção e remodelação de estádios; ou seja serão financiados 75% do valor dos projetos com teto de 400 milhões de reais. Então já é uma resposta boa para os tomadores públicos.

Para os tomadores privados, o BNDES está analisando eventual linha que poderá ser destinada. Sabem que há casos, por exemplo, de unidades como o Clube Internacional ou o Clube São Paulo, que são detentores de estádios privados, que serão selecionados, em princípio, para serem locais de jogos da Copa.

Este é um tema que já está encaminhado, ou seja, o financiamento para os entes públicos e está sendo detalhada a questão de eventual financiamento para entidades privadas que sejam donas de estádios.

O importante é o cronograma. Digo isso porque, ainda neste momento de elaboração dos projetos, de vez em quando aparecem informações — e por isso estará sendo esclarecida a matéria numa reunião do Comitê Executivo da FIFA no Rio de Janeiro — sobre se determinados pontos serão ou não objeto de exigência ou simplesmente de recomendação.

Fala-se muito na questão da cobertura dos estádios. O que consta até o momento não é exigência, é recomendação. Isso influí terrivelmente no preço dos estádios. A questão do famoso “certificado verde”, ou seja, tudo em conformidade



com a proteção ambiental. Isso também tem elevação sensível de custos. Há uma dúvida se isso é recomendação ou exigência. Esse certificado chama-se LEED.

Bem, quanto aos estádios, rapidamente era o que tinha a dizer.

Há, ainda, o problema da destinação pós-Copa. Há inegavelmente assentos que são tradições de futebol. Refiro-me a clubes que estão permanentemente na 1ª Divisão ou estão participando de eventos internacionais, ou são locais onde a Seleção Brasileira geralmente joga. Ouvi várias conversas a respeito de estádios, sobretudo quando se fala em PPP, participação do setor privado, certos entendimentos que têm a ver também com os clubes locais, que, por sua vez, têm também os seus estádios, que podem ou não querer participar, realizar seus jogos dentro do estádio novo.

Quem é mais antigo lembra da expressão “alçapão”. No Rio de Janeiro havia vários alçapões. A exemplo do Alçapão da Rua Bariri, onde o Olaria jogava, hoje local de pouso do Presidente Lula e da Ministra Dilma, servindo de aeroporto, quando vão visitar o complexo do Alemão. Não tem mais jogo lá.

Mas para o setor privado fazer investimento deve haver retorno. Portanto, devemos saber qual será o retorno pós-Copa, e não apenas o momento de alguns jogos naquela sede. Também há seguinte fato: não se sabe que jogos haverá naquela sede, pode ser um jogo entre Alemanha e Itália ou entre 2 seleções sem tradição, que não vai atrair público. É uma preocupação também.

O retorno do investimento pós-Copa será calculado de acordo com o número de jogos que haverá depois do evento, ou seja, se continuadamente haverá jogos ou se aquele estádio será destinado também a outros fins, seja uma arena para outros espetáculos, seja para apresentação de artistas, espetáculos esportivos ou teatrais, o que quer que seja. Mas isso tem de ser bem programado, exatamente para dar rentabilidade e interessar os parceiros, que deverão saber como os investimentos retornarão a partir desse desenvolvimento. É importante saber basicamente se os clubes locais estarão jogando nesses estádios sempre, todos os seus jogos, e se a Seleção Brasileira necessariamente vai estar nesses estádios após a Copa do Mundo.

Bem, voltando à questão do saneamento, área do meu Ministério propriamente, devo dizer que jogamos com as iniciativas correntes. Nós temos o



Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que deu um grande incremento na questão de investimento nessa área, seja por financiamento, seja por parceria com o OGU, Orçamento Geral da União, pois a programação de 2007 a 2010, envolvendo inclusive operações de mercado, aponta a previsão fixada de 40 bilhões de reais. E nós estamos fazendo periodicamente as chamadas. Recentemente fizemos uma chamada de 4,5 bilhões para programas de água, esgoto. Serão novos ou programas de complementação de projetos anteriores, que precisam de recursos por erro de dimensão ou por necessidade de ampliação desses mesmos projetos. Portanto, essa chamada recente envolve água, esgoto e drenagem.

Um pouco antes fizemos uma chamada também para drenagem, porque isso influencia muito o tratamento das águas pluviais durante eventos. Imaginem haver enchentes, porque chuvas fortes podem ocorrer. Precisamos ter precaução com a drenagem não só por causa do evento, mas também porque é uma preocupação nacional. Tivemos uma chamada há algum tempo de 4,7 bilhões este ano. Duas chamadas neste ano somaram 9,2 bilhões de reais. Ou seja, estamos seguindo com todos os projetos do PAC nessa área de saneamento.

Tivemos também, embora em volume menor, recursos para a questão de coleta seletiva, também apoiar nesse ponto de saneamento, já que saneamento é água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Portanto, esse tema pertencente à competência do Ministério, mas às vezes esquecido. Em todos os eventos esportivos precisamos ter água de qualidade nos estádios e, como eu disse, praias, rios e lagoas despoluídas, porque o turista estará no local não só para ver o jogo, mas também para usufruir da cidade. Então, esses temas devem ser levados seriamente em consideração.

O que vem a seguir? O Presidente da República hoje anunciou que haverá um “PAC 2”, que, a meu ver, será muito mais fácil. Tenho muito cuidado quando falo essa expressão, porque há necessidade de sempre haver equipes técnicas disponíveis nas Prefeituras. Ao falar de certa maneira, pode parecer que é uma crítica quanto ao fato de as Prefeituras não terem equipes técnicas. Não é isso. É o contrário. Ocorre que, em nível nacional, como nos últimos 20 anos não apareceram projetos consistentes e duradouros nessa área de habitação e saneamento, não



havia porque também esperar parcerias do Governo Federal investindo localmente em equipes técnicas e em caros projetos.

Quando foi lançado o PAC, houve necessidade de montagem de equipes que pudessem fazer os projetos, discuti-los com a Caixa Econômica Federal, nossa agente e mandatária — e a discussão dos projetos ocorreu na GIDUR. Houve necessidade de gente capaz de discutir os editais e de fazê-los de forma transparente, à luz da legislação, sem problemas com a fiscalização; gente que pudesse discutir a quantidade de recursos, a obtenção de licença ambientais, a questão da regularização fundiária. Muitas vezes as pessoas pensam que isso é fácil, mas quando vão procurar saber a quem pertence o terreno, muitas, sequer se sabe se é público, porque não há registro em cartório.

Sempre comento, em tom de brincadeira, que talvez fosse mais fácil pegarmos um navio e ir até Lisboa, à Torre do Tombo, para ver se conseguimos descobrir se há algum registro da capitania hereditária, da sesmaria, da terra devoluta, para ver se achamos a quem pertence o terreno. E se nada acharmos, descobriremos que é um terreno invadido, sobre o qual alguém exerce posse, aí vamos entrar, então, com uma legislação aprovada recentemente que permite um outro caminho, que é uma demarcação urbanística, a qual permite que o cartório faça uma chamada e, se dentro de 15 dias ninguém aparecer, abrimos um novo registro e damos um título de regularização de posse. Por fim, dentro de 5 anos, lavra-se o registro de propriedade.

Essa legislação foi aprovada pelos senhores no Congresso, recentemente, por ocasião do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Então, parece que tudo é muito fácil, mas não é. E, depois, temos que discutir com os órgãos de fiscalização, com o Tribunal de Contas, com a CGU, com o Ministério Público. Então, as Prefeituras e os Governos de Estado tiveram que, no momento do primeiro PAC, ajustar tudo isso, até porque não é só fazer uma visita à Ministra Dilma e ao Ministro Márcio, discutir os projetos, conseguir a aprovação das Secretarias de Habitação e de Saneamento e mandar para a Caixa a autorização. Seria ótimo se isso bastasse. Mas não foi bem assim, pois tudo isso que falei agora teve que ser superado.



Estamos rodando isso desde janeiro de 2007 e chegarmos ao momento em que temos o avião já decolado — ou decolando, em muitos casos. Mas estamos recuperando agora todo o tempo perdido na execução das obras e esperamos a conclusão em breve, tal como a Ministra Dilma dirá em sua exposição na próxima quinta-feira, pois as obras serão indicadas, assim como seus cronogramas, seus termos e o atendimento devido dos compromissos assumidos.

Então, voltando à questão da Copa, o “PAC 2” deverá se desenvolver mais facilmente, pois já se criou um hábito junto às Prefeituras e o Governos dos Estados no sentido de ter essas equipes com gente habilitada a fazer tudo o que eu mencionei.

Agora, o PAC 2 passa por habitação, passa por saneamento, mas passará também por um reforço na questão da mobilidade, que foi um tema menos adotado nos primeiro PAC, já que no primeiro momento ajustamos mais o PAC para a complementação de obras do metrô, metrôs estes administrados pela CBTU ou pela TRENSURB, ambas empresas do Ministério. Elas poderão atuar em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, João Pessoa, Maceió e Natal, ou então, por meio de convênios com empresas e entidades locais, repassando recursos, a exemplo do que está ocorrendo para a construção de metrô de Salvador e para construção e término também do metrô de Fortaleza, através do METROFOR, que foi uma parceria de Salvador com a Prefeitura, e em Fortaleza com o Governo do Estado.

Tivemos uma única operação em São Paulo, à qual chamou-se “fura-fila”, ligando a cidade de São Paulo a Tiradentes.

A expectativa é que no PAC 2 possamos ter ampliação também dessa questão da mobilidade. Significa o seguinte: no momento estaremos tratando de mobilidade no que diz respeito diretamente ao evento Copa, porque qualquer Deputado, Senador ou Prefeito irá dizer: *“Márcio, eu tenho sérios problemas na minha cidade para resolver”*. Mas temos que nos referenciar em função das duas coisas que acabei de falar: a Copa e o PAC 2. Trata-se de alguma coisa que tem que ficar pronta de qualquer maneira, dentro de um cronograma confortável, pelo menos até 3 meses antes da realização do evento.

Devo dizer que não existe compromisso com a FIFA quanto a cronogramas de obras de mobilidade, mas temos compromisso conosco. Se a obra não terminar,



em vez de resolver o problema da mobilidade, vou criar um engarrafamento brutal na cidade e não vou conseguir chegar ao local do evento. Então, o compromisso é por aí.

Então, devemos separar o que diz respeito à Copa, que facilita essa mobilidade à que me referi, do que diz respeito a problemas de mobilidade da cidade, mas que não afetam diretamente o evento Copa. Portanto, temos que separar o que vai ser discutido agora e o que vai ser transferido, com igual prioridade, para o PAC 2. Então, é uma separação que temos que fazer.

Esse é um ponto delicado, mas tem que ser considerado. E temos dito para os que nos tem visitado que não se trata de discriminação ou desrespeito a qualquer população; vamos apenas eleger o que é do primeiro momento e o que será do segundo momento. Mas haverá, por certo, a prioridade para o tema de mobilidade.

Então, voltando a falar sobre a Copa, falando sobre mobilidade urbana propriamente, há "n" projetos apresentados, como disse, por aqueles que nos visitaram. Estão eles tecnicamente sendo discutidos com as nossas equipes do Ministério das Cidades, na Secretaria de Mobilidade, juntamente com representantes da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento.

Nós temos "n" projetos e temos que ver o que diz respeito à Copa. Mas alguns pontos também têm que ser considerados, por exemplo, o vulto dos projetos. A palavra "modicidade" deve ser colocada aqui para verificarmos o que é viável em termos financeiros. O que avaliamos no momento é a colocação de um recurso para financiamento de 5 bilhões de reais a ser dividido entre as 12 cidades sedes neste primeiro momento. Estamos fazendo avaliação segundo esse dado numérico.

Foram disponibilizados 5 bilhões de reais para as 12 cidades sedes.

[P4] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto Taq.:Daisy Rev.:

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Para mobilidade?

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Só para mobilidade. Então, não tem nada a ver com estádio. Para os estádios há outra linha própria, como eu disse, que contemplará projetos de 400 milhões de teto, com financiamento de 75%.

Portanto, dentre esses recursos de 5 bilhões, devemos ver quais dessas 12 cidades têm projetos com maior eficácia nessa preocupação de transporte rápido e eficiente das torcidas e turistas em geral. Mas também devem as cidades pensar



que sejam projetos estruturantes e que fiquem de legado para a cidade. Elas têm que jogar com isso também.

Os projetos devem também se situar naquela relação de mobilidade entre os pontos que eu mencionei e ficar como legado.

Como eu disse, a FIFA não estabelece — e nenhuma cidade estabeleceu — cronograma a respeito do término das obras. Os estádios têm que ficar prontos até a Copa das Federações. Para a mobilidade não há compromisso, mas temos que ver o que vai ser feito e pensar também o seguinte: se houver um acúmulo de projetos dentro da cidade, todos sendo realizados simultaneamente, já imaginaram o enorme problema de trânsito que vai acontecer. Então, devemos ter o cuidado também de separar o que estruturante e o que é fundamental e deixar alternativas para que a cidade continue a viver, porque pode simplesmente “o tiro sair pela culatra”.

Hipóteses de trabalho: deve-se estender os modais existentes ou fazer a integração de modais. Para se estender modais existentes, deve-se verificar se o modal atual é ou não é caro. Mas também deve-se pensar que, se se vai passar para um mais barato, quando da integração deverá haver um ponto de baldeação, de integração. Mas ali pode ser um local de problema e não local de solução. Deve-se, portanto, pensar em como fazer isso também.

A questão da operação. Quem vai operar os modais? E quais são os modais? É bom relacionar logo quais são os tipos de modais em que podemos pensar: o metrô e o VLT, que é o Veículo Leve sobre Trilhos — aqui em Brasília já existe uma exposição ali na W3 de um VLT. Devo lembrar que também no Brasil já há uma empresa que está fabricando VLTs no Nordeste, no Cariri, que já ganhou duas licitações, uma para o VLT que vai ligar Cajueiro Seco a Cabo, em Pernambuco, e outra para o metrô de Maceió. Essa licitação está sendo ampliada para, creio, a área internacional também. Mas há uma empresa no Cariri que montou esse projeto e ganhou já licitações.

Outros modais. Portanto, há o VLT e metrô, mas existe o VLP, que é o próprio VLT, Veículo Leve sobre Trilhos, porém sobre rodas que andam em uma canaleta. Existe, também, o BRT, que é uma sigla inglesa — desculpem-me, a culpa não é minha, mas todo mundo conhece como BRT, *Bus Rapid Transit* — que indica o trânsito rápido por ônibus, em que há uma via exclusiva que se pode ter uma via ou



duas por causa das ultrapassagens, mas ali não entra ninguém, ela é fechada e restrita apenas a esses veículos.

Há também vias seletivas fechadas, onde se faz uma segregação para que só os ônibus possam por ali circular. Ou simplesmente pode-se ter a necessidade de realizar algumas obras viárias. Pode-se haver um estrangulamento, por exemplo, em razão de uma chegada de uma BR, uma rodovia federal em uma cidade. E ai vai-se pensar em fazer eventualmente um elevado, que pode ser uma solução, ou algum *by pass* ou qualquer desvio que seja necessário para poder fluir o trânsito.

Mas há outras idéias têm aparecido também. Há ideias a respeito de *monorail*, aquele monotrilho. Em Porto Alegre há uma proposta de algo que se assemelha ao monotrilho. Quem é gaúcho sabe que lá existe aquele “aerotrem”. Enquanto o *monorail* desliza sobre um trilho, o outro é impulsionado por um jato de ar. Em Porto Alegre existe um trecho curto; em São Paulo está-se pensando em um trecho maior, mas também é uma proposta também para Manaus a respeito desse *monorail*.

Creio que são essas alternativas, não me lembro de outra agora. Mas se houver algum caso de apoio, por exemplo, para transporte fluvial, também podemos estudar. Eu perguntei outro dia aos gaúchos aqui se, por acaso — pois eu sabia que antigamente havia uma embarcadouro perto da Estação Mercado —, uma forma de chegar ao Estádio do Internacional poderia ser via fluvial. Seria uma alternativa.

Então, são essas as possibilidade de trabalho.

Agora, além disso, vamos refletir um pouco. Imaginem que um dos senhores seja turista estrangeiro e venha ao Brasil. Certamente, além da passagem aérea, os senhores terão comprado a diária de hotel e a entrada do jogo, possivelmente. E o receptivo será um ônibus ou uma Van. E por onde andarão esse ônibus e essa van? Serão jogados no trânsito comum ou trafegarão por uma via exclusiva? Temos de pensar nessa questão.

Durante o Pan, no Rio de Janeiro, foi feita uma segregação na via, com uma pintura azul identificando o trecho para “Família Pan”. Para as Olimpíadas haverá o mesmo para a “Família FIFA”. Não sei se para a COPA essa alternativa poderá ser utilizada. O que não posso é deixar os torcedores que estão com entradas



compradas e com receptivos à mercê de um modal que não será utilizado. Temos de pensar também nessa questão.

Já toquei rapidamente no assunto aqui, mas não sabemos com antecedência necessária e a curto prazo quais serão os jogos realizados nas cidades. Se até hoje não sei quais são os jogos que serão realizados na África do Sul. Não sei nem quais serão os finalistas, muito menos sei quais serão os cabeças-de-chave, muito menos quais os sorteios, porque não tenho os clubes. Pode acontecer que em determinadas cidades eu faça um investimento brutal e só haja jogos do tipo Fluminense e alguma coisa. Eu sou tricolor, por isso posso gozar à vontade. Então, será um time que não terá torcida, porque só vai perder. O Botafogo está ganhando agora, ganhou do Goiás. (*Risos.*)

Mas, falando sério, isso pode ocorrer. Ou seja, em uma cidade pode ser feito um investimento brutal e não haja lá jogos importantes. Vai-se dizer: paciência. É o destino. Isso é verdade.

Mas devemos levar em consideração outros aspectos: será que a entrada será cara ou barata para esses eventos FIFA? Os locais para os quais se dirigirão os torcedores serão somente os estádios ou para os locais chamados *Fun Fests*? São aqueles locais para os quais irão as pessoas que, ou por não terem oportunidade de comprar ou por não terem dinheiro para comprar os ingressos, verão os jogos ao ar livre, em telões, comemorando do lado de fora dos estádios. Eles podem se localizar junto aos estádios ou em outros locais.

Então, o deslocamento deve prever também idas não só para o estádio, mas para as *Fun Fests*. São alternativas muitos importantes, porque nem todo mundo poderá gastar dinheiro para assistir 2, 3, 4 partidas no mês a preços elevados. Temos que pensar nessa questão também.

Ainda quanto aos problemas de mobilidade, no Pan-Americano, no Rio, mexeu-se na questão das férias escolares. Antecipa-se ou posterga-se. E com isso dou uma grande solução ao problema de gente circulando nas ruas, ou seja, com feriados escolares.

E se eu colocar também feriado no dia de algum jogo importante, também vou minimizar muito a questão da mobilidade, ou não. “Ah, *tenho de transportar os*



funcionários públicos desta área para outra para assistir ao jogo". E se ninguém tiver trabalhando, por exemplo? Reflexões desse tipo terão que ser feitas.

Já abordei aqui a operação pós-Copa. Em alguns momentos ficamos bolando um caminho novo para um desses modais que vai passar pelos estádios. Eu já toquei neste assunto, mas vou relembrar: a operação deve se dar não só para o estádio, mas também para o modal deve-se ter uma operação sustentável do ponto de vista econômico-financeiro, porque haverá investimento privados. Quando se faz um BRT, em geral, pode-se ter uma concessão. Mas o Estado ou o Município poderão querer operar também. Mas se houve uma concessionária privada, ela irá investir nos ônibus. A obra poderá ficar com o Governo do Estado ou com a Prefeitura, mas a concessão será privada, e o empresário irá querer retorno. E será que esses caminhos terão retorno sempre?

Outro exemplo. E se o modal for feito por partes — e não se fará tudo de uma vez —, será que, ao se completar apenas um trecho de um arco para determinado modal, por causa do cronograma, o empresário vai querer operar apenas aquele trecho, ainda que haja o risco de não ter retorno?

Ou seja, será que naquele arco inicialmente previsto o melhor trecho será outro que não diz respeito ao estádio propriamente? Por exemplo: e se o empresário estiver interessado no metrô ou no BRT, mas o filé *mignon* do transporte localizar-se em outro lado, que não o lado do jogo?

Estou colocando questões que nos passaram pela cabeça e algumas que ouvi em conversas e em exposições. Por isso digo que hoje estou aqui não para detalhar — se me permitem — as questões e problemas que existem, mas para externar as reflexões que devemos de fazer.

Já pensaram os senhores que, se não houver sustentabilidade econômico-financeiro, em algum momento vai aflorar a questão do equilíbrio de uma PPP, com a necessidade de subsídios tarifários. Esse é outro tema.

Estamos colocando recursos de endividamento, daí vem logo a pergunta: e se esse Município, a Prefeitura ou o Governo do Estado não tiver capacidade de endividamento? Primeiro, o projeto tem de passar pelo agente financeiro, para saber o risco do crédito, como ocorre com qualquer operação do PAC — PAC da Habitação, PAC do Saneamento. Portanto, primeiro a Caixa Econômica analisará o



risco do crédito e depois vai o processo ao Tesouro Nacional para saber sobre a capacidade de endividamento, ou seja, se dá para pagar ou não.

Então, temos que verificar e discutir isso. E quando for o caso, mais adiante, devemos decidir qual será a contrapartida.

Lembro que há 2 capitais em situação totalmente diferente das outras em relação à Copa do Mundo: Cuiabá e Manaus. Não se trata apenas de se pensar no estádio ou nas questões que mencionei. Aquelas são cidades turísticas para as quais as pessoas vão se deslocar a pretexto da Copa Mundo. As pessoas vão à Cuiabá por causa do pantanal e vão à Manaus por causa da Amazônia.

Então, temos que pensar em investimentos na área de turismo, investimentos mais fortes para que esses pontos sejam até objeto de promoção maior, atraindo mais turistas para a região. E isso vai valer para as outras cidades também.

Presidente Sílvio, estou chegando ao final da minha exposição ao falar da preocupação de Cuiabá e Manaus.

Aqui estão 3 Presidentes de Comissões. Estou simplesmente abordando temas para reflexão. Penso que foi boa a intervenção de V.Exa., pois chegamos exatamente ao ponto ideal para começarmos a discutir as questões.

Para encerrar, apenas falta dizer uma coisa: ainda não saiu o decreto, mas um grupo de trabalho já está funcionando informalmente, do qual participa como Coordenador o Ministro de Esporte, com integrantes da área econômico-financeira, ou seja, Fazenda, Planejamento, e também com a participação da Casa Civil e do Ministério do Turismo. São os 5 Ministérios que estão com os temas centrais da Copa do Mundo. Os outros Ministérios entram para solucionar os problemas específicos, ou seja, para a mobilidade, saneamento, saúde, segurança, defesa — por causa dos aeroportos — e transporte, incluindo a Secretaria dos Portos, conforme o caso, para os portos. E assim sucessivamente.

Esse é o esquema do trabalho que vimos realizando até agora, com reuniões internas entre nós ou recebendo os projetos para apresentação — como eu disse — de modo mais amplo e agora mais técnico. Por exemplo, está em nosso Ministério neste instante o Governador Eduardo Braga, que fez questão de vir pessoalmente da Amazônia com a equipe da Prefeitura de Manaus, exatamente para discutir os problemas de Manaus. Por isso que o Secretário Luís Carlos não está aqui. A ideia



era que ele viesse junto comigo, mas ele ficou no Ministério para atender o Governo e discutir tecnicamente essas questões.

O caso típico de Manaus envolve 2 projetos: um da Prefeitura e outro do Estado. Então, são temas que tem de ser avaliados, porque vou precisar saber depois qual é a priorização local. Não sou eu que faço a priorização, não é o Governo Federal, mas os governos locais. Os governos locais trazem a resposta. Essa é a minha prioridade.

Sr. Presidente, agradeço ao senhor a oportunidade da exposição, que não foi muito técnica, mas repito que gosto de colocar as questões para reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Ministro.

Além dos Presidentes, há vários Parlamentares que se inscreveram e que têm interesse em conhecer mais detalhes das informações que V.Exa. nos forneceu.

Vou iniciar, então, os debates, concedendo a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Logo após, falarão o Deputado Afonso Hamm e, depois, o Deputado Rômulo Gouveia, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma questão de ordem, apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - V.Exa. vai encaminhar os nossos debates conforme a proposta do Regimento Interno e estabelecer tempo de manifestação para os Deputados e para o Sr. Ministro também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Vamos seguir o bom senso e cada um falar o essencial. Regimentalmente, seriam apenas 2 ou 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - A Deputado Telma já está inscrita.

O Ministro disse que está à disposição, mas não vamos abusar da boa vontade de S.Exa.

Gostaria de pedir um microfone sem fio à secretaria.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Vamos dar início para não atrasar.



Cumprimento o Ministro Márcio Fortes, os nossos companheiros de Mesa, o Presidente Silvio Torres, o Presidente Afonso Hamm e o nosso companheiro Rômulo Gouveia.

Quero dizer que estamos aqui, Ministro, os representantes as 3 Comissões, preocupados, evidentemente, com o planejamento da Copa de 2014, na esperança de que esse planejamento possa se tornar um legado para o País – como disse V.Exa. –, no sentido de que essas obras fiquem para além da Copa, a fim de que possam representar um avanço para o nosso País, do ponto de vista do desenvolvimento urbano e do turismo. E que seja feito, sem dúvida nenhuma, com racionalidade e respeito à transparência.

Então, Ministro, a Comissão de Desenvolvimento Urbano, através de requerimento de minha autoria, oportunizou a realização desta audiência pública para que o Congresso Nacional possa, desde já, ir acompanhando as questões da Copa, que envolvem gastos públicos e uma ação de Governo e do Legislativo, para que possamos ter o desempenho esperado por todos os brasileiros, não só do ponto de vista esportivo, mas de uma Nação que quer crescer e mostrar para todo o mundo que atingiu sua maturidade.

O que nos preocupa, Ministro, é a questão do conjunto de obras que teremos que fazer. O que menos importa é o nome com o qual será batizado o programa de obras de que precisamos.

Sem dúvida, o planejamento é fundamental para tudo isso, porque temos uma tendência natural de deixarmos o tempo passar com relação a essas questões importantes. Estamos a menos de 4 anos da Copa das Confederações e a menos de 5 anos da Copa de 2014. Mas já tínhamos uma defasagem histórica, pois o Brasil não tem conseguido investir sequer 1% do PIB em infraestrutura. Isso não é um problema de agora, vem de muitos anos. Portanto, temos uma defasagem muito grande com relação a um conjunto de obras que envolvem infraestrutura urbana, as nossas estradas, os nossos aeroportos, as nossas ferrovias.

Temos, também, a questão da acessibilidade e da mobilidade, que são fundamentais num evento dessa natureza, principalmente porque não serão só as 12 cidades sedes que terão uma movimentação, mas sim o País como um todo.



Temos que mostrar para o mundo que avançamos nas questões das cidades, na regularização fundiária e em saneamento ambiental. Sem dúvida, há um exemplo positivo quando se faz um esforço para a execução de um conjunto de obras. Mas temos entraves muito grandes do ponto de vista ambiental e dos órgãos de fiscalização. Isso, sem dúvida, nos traz preocupação. Imaginávamos ter, num momento como hoje, no início de outubro, um planejamento e uma programação que nos permitissem, além das datas e dos prazos, vislumbrar também alguma coisa, mesmo que preliminarmente, do ponto de vista do custo. Deve haver um custo orçado para esse conjunto de obras, algumas públicas, outras privadas, mas é necessário sabermos o custo desse conjunto importante de obras.

Para que tenhamos um legado positivo em 2015 — e que também repercuta nas Olimpíadas de 2016 — no Rio de Janeiro, é fundamental que tenhamos essa ação conjunta a que nos referimos aqui com toda a transparência.

Acredito que tenha sido esta a motivação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle ao provocar, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Turismo, a realização desta audiência pública.

Portanto, Ministro, apenas fiz algumas provocações. O que sobremaneira me preocupa — e isso não é da Pasta ou da sua área de V.Exa — é a questão dos aeroportos, pois estamos muito defasados nos dias de hoje, independentemente de Copa do Mundo.

Outra questão é a do saneamento. Precisamos, enfim, ter um investimento para esse setor. Inclusive o Ministro já se referiu aqui sobre o assunto. Temos discutido com o Ministério a esse respeito, porque precisamos de um volume muito grande de recursos para corrigir distorções acumuladas ao longo de tantos e tantos anos e avançar e diminuir a defasagem que temos hoje.

Temos regularização fundiária a ser feita em várias cidades brasileiras. O Presidente Lula disse, quando do *day after* do anúncio da realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, que imagina poder ver, durante as Olimpíadas, as nossas favelas transformadas em conjuntos habitacionais. Realmente, é um sonho que todos acalentamos, mas sabemos das dificuldades que temos para avançar em questões tão importantes.

[P5] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto Taq.:José Mário Rev.:



Quero manifestar esta preocupação, Ministro, com relação a esse planejamento, a esse cronograma que ainda não tivemos a oportunidade de conhecer e às etapas que ainda teremos que vencer, passo a passo, para que cheguemos no ano da Copa dando um exemplo de uma Nação que evoluiu em todos os sentidos, porque é desejo de todos os brasileiros e daqueles que querem o bem do País. Portanto, vamos mostrar ao mundo que temos condições de realizar esses e tantos outros eventos, pois somos uma Nação madura que se preparou para isso que vem acontecendo hoje.

Mas, infelizmente, Ministro, estamos com defasagens. Temos um "marco zero" que nos preocupa sobremaneira.

Para objetivar uma pergunta, Ministro, gostaria de saber se temos alguma data já definida para a apresentação desse conjunto de obras, com esse planejamento inicial, para que possamos fazer uma avaliação e também para que o Congresso Nacional possa estar interagindo com o Executivo na consecução desse objetivo, que é de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Eduardo Sciarra pela explanação.

Passo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero cumprimentar os colegas de Mesa, Deputado Eduardo Sciarra, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano; Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle; e Deputado Rômulo Gouveia, proponente desta audiência pública.

Quero cumprimentar e saudar os colegas Deputados e agradecer a presença de todos os interessados neste debate, em especial o nosso convidado, Ministro Márcio Fortes.

Tive a oportunidade de trabalhar ao lado do Ministro Márcio Fortes durante 4 anos, quando era Secretário Executivo do Ministério da Agricultura e, por muitas vezes, junto ao Ministro Pratini de Moraes, quando assumiu aquele Ministério interinamente em várias oportunidades.



Agora, não só pela condição de pertencermos ao Partido Progressista, é fundamental fazer um elogio a S.Exa., porque é verdadeiro e é necessário que se faça aqui, pelo que tem feito o Ministro Márcio Fortes na liderança do Ministério das Cidades em relação à melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial as do meio urbano, mas também em razão dos projetos com alcance também rural.

Como o Brasil é um País que se torna cada vez mais urbano, precisa, necessariamente, de infraestrutura e de suporte na área habitacional, porque a dignidade começa pela moradia, oportunidade, mobilidade e acessibilidade.

Tenho certeza, e falo como Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, que temos na Copa do Mundo a oportunidade de anteciparmos as obras em 20, 30, talvez 40 ou até 50 anos. São obras necessárias. Hoje é impossível transitarmos nos grandes centros metropolitanos em função da própria política para o setor, pois cada vez há mais veículos, mais carros, tornando difícil o transporte para quem vai trabalhar ou para quem vai se deslocar para qualquer lugar. Enfim, até mesmo quando precisamos percorrer de ponto a ponto. Isso serve para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, para Porto Alegre e região metropolitana, serve para São Paulo, serve para o Rio, serve para todos os lugares.

Vejo a Copa do Mundo como uma oportunidade extraordinária para ampliarmos a discussão sobre a possibilidade de melhorarmos as condições de transporte, em especial o transporte coletivo, para torná-lo mais eficiente, com tempo menor de deslocamento. Esses investimentos são absolutamente necessários ao País.

Por isso, Ministro, estamos realizando os Fóruns da Copa. Estamos fazendo este debate em conjunto com V.Exa., que inclusive foi convidado pela Deputada Thelma de Oliveira, que está aqui, e pelo Deputado Eliene Lima para participar do nosso quarto fórum, no dia 15, quinta-feira próxima, em Cuiabá, lá no Pantanal, exatamente no Mato Grosso. Já nos reunimos em Natal, no Estado do Deputado Fábio Faria, que está aqui; em Manaus, no Estado do Deputado Lupércio Ramos, que está conosco; e no Estado do Rio Grande do Sul. Agora nos reuniremos em Cuiabá, no dia 15; em Salvador, dia 23; em Fortaleza, dia 29; e em Belo Horizonte, dia 6 de novembro. Estamos definindo as datas para Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.



Sr. Ministro, até o final do ano, até o nosso grande fórum de finalização, o FORNATUR/SEBRATUR, terminaremos o documento que conterá todo o detalhamento de investimentos em obras necessárias e de obras possíveis.

Imagino que a discussão tenha tomado outro rumo, e quero levantar o debate, para que V.Exa. possa se posicionar em seguida. Parece que é crime usar recurso público nos investimentos para a Copa. Não podemos ficar nem no 8 nem no 80, de maneira que tenhamos somente recursos para financiamento. Será impossível realizar uma Copa do Mundo — e já estamos vendo isso — se não tivermos investimentos públicos, recursos de suporte orçamentário da competência do Governo Federal, passando por este Legislativo, Câmara e Senado. Por isso estamos fazendo este fórum juntos. Tem de haver acompanhamento e fiscalização, por isso a Comissão.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano — aproveito que a imprensa, que os meios de comunicação estão aqui —, teremos de aprofundar o debate sobre obras estruturantes, nas 12 sedes, apelando para que sejam deixadas como legado para as pessoas dessas grandes cidades, para melhorar a sua qualidade de vida, e para isto efetivamente é preciso ter recursos lastreados pelo Poder Público.

Reforço a pergunta que já fiz ao Ministro: Serão 5 bilhões só para financiamento? O Ministro foi positivo. Disse: “*Sim*”. Logicamente, haveremos de ter a capacidade de aprofundar a discussão, para definir quais serão essas obras.

Vou dar um exemplo. No nosso Estado, Deputado Renato Molling, só para a obra do Metrô, serão necessários 2,5 bilhões, para concluir os 11 quilômetros de acesso ao Beira-Rio, mais os corredores, com grande benefício para aquela população. Haverá no Rio Grande do Sul um investimento total de 5 bilhões em obras. Sei que o PAC da Copa está sendo preparado.

Na condição de Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, é minha responsabilidade dizer que nós, brasileiros, estamos de parabéns. O Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que ocorrerão no Rio de Janeiro. Deputado, serão 2 grandes acontecimentos, duas grandes oportunidades. Sabemos que o turismo é a segunda maior indústria que há no mundo, digamos assim. E o Brasil terá condições de se transformar na vitrine do

[P6] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto
Taq.:Marcus Vinícius Rev.:



mundo a partir desses 2 grandes eventos. Para tanto, naturalmente, queremos conciliar obras estruturantes de infraestrutura com projetos necessários e possíveis. Não fiquemos no 8 ou 80. Tem de haver financiamento público para as obras de infraestrutura a serem definidas, mas com clareza.

Nos nossos fóruns, a Comissão tem aprofundado o debate. V.Exa. participará de alguns deles. O Ministro do Esporte, Orlando Silva, já participou de 2, o Ministro do Turismo, Luiz Barreto, também. E há interações com outros Ministérios no tocante à segurança, saúde, etc.

Precisamos de investimentos, de responsabilidade e de compromisso social para melhorar a qualidade de vida das pessoas, e a Copa do Mundo de 2014 nos dará essa oportunidade. Haverá 12 sedes, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Por isso, devemos aprofundar o viés do investimento sob essa ótica, sob pena de o financiamento, somente, ser insuficiente para realizarmos as obras necessárias. Haveremos de ter sabedoria e capacidade para fazer uma triagem.

Por isso, estão reunidas aqui 3 Comissões, um conjunto de Parlamentares. Esta discussão tem sido feita na presença de 600, 800, 1.000 pessoas em cada evento. Está sendo de grande interesse o tema. E, sem dúvida alguma, é uma grande oportunidade para os brasileiros. Gostaria de dar esse enfoque.

Mais uma vez, parabenizo V.Exa. Diz-se que a Ministra Dilma é a mãe do PAC. Se a V.Exa. cabe a execução, na mesma dimensão, V.Exa. é o pai do PAC, o Presidente Lula é o padrinho e nós as testemunhas. Gostaria de fazer essa ressalva com o fim de fortalecê-lo.

Portanto, temos agora o desafio de realizar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Deputado Afonso Hamm.

Vamos dar a palavra agora a mais 2 autores do requerimento, Deputado Rômulo Gouveia e Deputado Paulo Rattes. Peço que sejam breves. Posteriormente, falará o primeiro inscrito, Deputado Vanderlei Macris. O Ministro está anotando as questões e, quando achar que já há perguntas suficientes, terá a palavra para respondê-las.



Com a palavra o Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão Especial de Acompanhamento dos Recursos Públicos para a Copa de 2014.

O Deputado Eduardo Sciarra pede desculpas porque precisa sair. Agradecemos a S.Exa. a presença.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente Silvio Torres, Presidente Afonso Hamm, Sr. Ministro Marcio Fortes, Srs. Deputados, convidados, o Deputado Paulo Rattes teve a preocupação de apresentar, logo no início deste ano, requerimento para criação de uma Comissão Permanente para acompanhamento dos gastos com a Copa. Depois de criada a Comissão e eleito o Presidente, tanto o Deputado Silvio Torres, Presidente desta Comissão, quanto o Deputado Paulo Rattes e este orador tomamos a iniciativa de fazer um cronograma de audiências com entidades e segmentos, para tomarmos conhecimento de toda a preparação do Governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, assim como da iniciativa privada, para a Copa do Mundo.

Portanto, em face do Requerimento nº 184, de autoria dos Deputados Paulo Rattes, Silvio Torres e deste orador, V.Exa. é o primeiro Ministro a comparecer a esta Comissão, e já realizamos várias outras audiências. Na qualidade de membro da bancada de oposição, não posso deixar de enaltecer a flexibilidade de V.Exa., a forma como sempre tem tratado o Parlamento. Muitas vezes estive no seu Ministério e posso dar este testemunho.

Sr. Ministro, V.Exa. fez um relato macro das questões. Demonstrou conhecimento e preocupação com vários aspectos. O que me preocupa, neste instante, Sr. Ministro, é a inexistência do decreto de criação desta Comissão, ainda que ela esteja funcionando informalmente. Já participei de algumas reuniões no Palácio, a convite, mas é preciso que seja oficializada esta Comissão e que o Parlamento esteja ali representado.

O Deputado Afonso Hamm defendeu por várias vezes o gasto público. Não tenha dúvida de que o Governo terá de investir, mas diante da atual conjuntura econômica, apesar da perspectiva de superarmos a crise, não podemos nos dar ao luxo de copiar a experiência positiva da própria Alemanha — onde recentemente o Presidente Silvio Torres esteve presente. E haverá de ocorrer divisão de responsabilidades entre os municípios que serão sede, os Governos de Estado, a

[p7] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto
Taq.:Sandra Silva Rev.:



União e a iniciativa privada — precisaremos do apoio da iniciativa privada, da rede hoteleira e de outros setores —, para que realmente tenhamos um valor aproximado de gastos.

Sr. Ministro, esta Comissão já avançou bastante nesse sentido, trabalhando junto ao Tribunal de Contas da União e aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios — tenho de reconhecer o empenho, a dedicação do Presidente Silvio Torres —, mas precisamos de ter verdadeiramente um cronograma, até porque temos prazo. Sem esse cronograma e sem cumprir prazos, perderemos o controle, e esta Comissão visa exatamente o controle de gastos, a previsão de orçamento. E, quanto à origem dos recursos, temos um Orçamento da União para votar. Precisamos de ter previsão orçamentária.

Então, aproveitando que o senhor é o primeiro Ministro a participar de audiência pública — de antemão, agradeço a V.Exa. a presença nesta Comissão — e que, de forma muito flexível, colocou-se à disposição para vir quantas vezes forem necessárias, peço que transmita ao Governo que há necessidade de criação da Comissão, há necessidade de cronograma, há necessidade de previsão orçamentária: quanto vamos gastar, o que temos para gastar e de onde vêm os recursos.

De maneira nenhuma somos contrários a que o Governo invista seus recursos, mas tem de fazê-lo com responsabilidade, sob pena apresentarmos ao País e ao mundo uma bela Copa, e a saúde, a educação, a habitação e tudo o mais sofrerem solução de continuidade.

Portanto, nossa preocupação maior é com a definição e o cumprimento de prazos. Temos prazo estabelecido de início. Quando chegar o dia, não haverá como adiar a abertura da Copa. Por isso, precisamos de ter um cronograma de atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Rômulo Gouveia.

Passo a palavra agora ao Deputado Paulo Rattes, Relator da Subcomissão Especial da Copa de 2014, do PMDB do Rio de Janeiro.

Tem S.Exa. a palavra.



O SR. DEPUTADO PAULO RATTES - Sr. Ministro, em primeiro lugar, as minhas saudações tricolores. Nós estivemos juntos algumas vezes, infelizmente, vendo o nosso Fluminense ir buraco abaiixo.

Sr. Ministro, creio que passa por esta Comissão toda, por todos os Estados do Brasil, por todos os brasileiros, a euforia, a alegria, a satisfação de conquistarmos mais um grande evento para este País, que são as Olimpíadas de 2016, como conquistamos a Copa de 2014. Mas por detrás disso há uma série de grandes problemas. Ao mesmo tempo em que os jornais falam da Copa e das Olimpíadas, vemos nos jornais que o nosso IDH continua o mesmo: ocupa o 73º lugar entre 183 Nações. Os índices de mortalidade são iguais aos de países menos desenvolvidos da América Latina.

[p8] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto Taq.:Sandra Silva Rev.:

Ministro, sei que V.Exa. é um homem voltado para o social. Sei a preocupação que o senhor tem. Nós todos queremos ganhar a Copa do Mundo — e tenho certeza de que temos futebol para isso, e vamos melhorar mais ainda a nossa representação nas Olimpíadas —, mas o grande problema que este País atravessa há anos e anos é esta questão: conseguimos ser hoje uma Nação desenvolvida, que chegou ao clímax em relação ao seu desenvolvimento quando o Presidente do nosso Banco Central anunciou que em 2016 seremos a quinta potência do mundo, mas somos a septuagésima terceira do mundo em Índice de Desenvolvimento Humano e temos, sobretudo, um dos maiores índices de mortalidade infantil.

Quando o Presidente Lula fala que as favelas do Rio de Janeiro hão de se transformar em bairros, todos nós acreditamos na palavra e na vontade do Presidente Lula, nos orgulhamos dele. Mas, ao mesmo tempo, ficamos preocupados, porque as favelas do Rio de Janeiro apresentem índices de mortalidade iguais aos do Nordeste.

É grande a sua responsabilidade, Ministro.

O que há por detrás disso? O que se pretende? O que todos as Comissões aqui representadas pretendem é que, paralelamente à construção de grandes estádios e à atração do turismo para o Brasil, resolvamos os problemas de habitação e saneamento básico. E isto compete sobretudo ao seu Ministério.

A minha pergunta: como poderá V.Exa., por intermédio das ações do seu Ministério, acabar com a poluição no Rio de Janeiro — é decantada há mais de 30



anos a despoluição da Baía de Guanabara —, que volta a ser assunto agora, não só em virtude da realização da Copa do Mundo, mas também das Olimpíadas, e é uma vergonha nacional?

Essa é a minha pergunta, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Paulo Rattes.

O Ministro Márcio Fortes vai dar algumas respostas e depois retomaremos os debates.

Com a palavra S.Exa.

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Eu vou começar, se me permite, na ordem contrária, respondendo à pergunta do tricolor. (*Risos.*) Vou falar sobre o Rio de Janeiro, exatamente sobre a situação nas favelas, assunto muito candente.

Primeiramente, meus cumprimentos à Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro pela brilhante atuação. Ótima atuação.

Quando ataco o problema de urbanização de favelas, estou mexendo com habitação, estou mexendo com saúde; saúde das pessoas e do meio ambiente. Eu digo que não construímos casas, construímos lares, porque vão ter água, esgoto, luz elétrica; vão ter o apoio de equipamentos escolares, creches, centros comunitários. No Complexo do Alemão, em função da mobilidade urbana, haverá postos para retirada de carteira de identidade e o que for necessário para regularização da vida pessoal de cada um.

Agora, já que o senhor falou no Rio de Janeiro, Deputado, poucas pessoas se dão conta de que na favela da Rocinha temos um alto índice de tuberculose. Parece estranho falar em tuberculose no Rio de Janeiro. Se ainda fosse em lugar remoto... Por que isso? Basicamente por causa da mobilidade. As pessoas que estão lá em cima, nas casas mais do alto, pessoas de mais idade, não saem mais de casa, não descem. Ficam lá em cima. O ambiente é extremamente úmido, as casas sem ventilação, naqueles becos. É o problema de mobilidade. Por isso, no projeto da Rocinha, foram previstos anéis de circulação viária para as pessoas poderem sair de casa. Senão, não haveria como.

O teleférico do Complexo do Alemão vem pelo mesmo motivo. Há pessoas que moram lá em cima e nunca desceram. As pessoas vão ficando idosas, e há uma



escadaria tremenda que têm para percorrer. Para baixo todo santo ajuda, mas para cima a coisa muda. Subir é impossível para as pessoas de idade. É preciso falar em acessibilidade. Eu nem me refiro à pessoa portadora de deficiência que anda em cadeira de rodas, mas a uma senhora ou um senhor de idade. Eles não conseguem subir a escada. Então, ficam.

A tuberculose está sendo atacada não por meio da UPA, a Unidade de Pronto Atendimento, mas por meio da circulação viária: fazer as pessoas descerem, circularem, saírem daquele ambiente estagnado e úmido lá de cima. Isto é importante assinalar. A preocupação com o social, sim, nós a temos. E é muito forte. Estamos colocando recursos nisso.

O senhor fez pergunta sobre o Rio de Janeiro, especificamente sobre saneamento, envolvendo água, esgoto, drenagem e a parte de resíduos sólidos. Mais de 4 bilhões de reais são destinados ao Rio de Janeiro e a algumas cidades do interior. A Prefeitura do Rio de Janeiro recebeu 272 milhões nessa última rodada para tratar esgotos. Na Baixada Fluminense, os projetos que dizem respeito a drenagem, limpeza de córregos, construção de estações de tratamento de esgoto visam combater a poluição na Baía de Guanabara.

Sempre se falou em despoluição da Baía de Guanabara, mas nunca se disse como. Como? Atacando o quê? A coleta do esgoto. Como? Fazendo estação de tratamento e fazendo a interligação de todas essas coletas, porque o mais simples é jogar naqueles córregos da Baixada. O Deputado Simão Sessim sabe muito bem disso, mora em Nilópolis e conhece aquelas redondezas: Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu. É terrível aquela região. Polui não só a Baía de Guanabara, mas também a Baía de Sepetiba. Alguns se esquecem disso. Há rio que sai da região de Mesquita e corre ao contrário, vai para o outro lado, e ali polui. O que se faz agora é atacar o problema.

E do outro lado também. São Gonçalo tem altos investimentos. Só uma unidade receberá 114 milhões de reais para despoluição, para tratamento de esgotos e, com isso, evitar a poluição da Baía de Guanabara. Se não for assim, a gente não vai terminar nunca. Temos de combater fortemente. Os recursos estão sendo alocados em torno da Baía de Guanabara, para tratar da poluição, e dentro

[p9] Comentário: Sessão:1687/09 Quarto Taq.:Eliana Ramagem Rev.:



da cidade do Rio de Janeiro, com vistas a diminuir a poluição na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Lagoa de Marapendi e na de Jacarepaguá.

Noticio agora que no dia 14 de abril o Ministério das Cidades concluirá uma obra da época do Pan que não foi terminada na época e passou para a minha gestão. Eu combinei com o Ministério Público e estamos concluindo a obra de despoluição do Arroio Fundo, que passa ao lado da vila do Pan. O cheiro é terrível. Toda a poluição que vem da Cidade de Deus desemboca ali. Nós estamos tratando disso. Estou terminando a obra, de comum acordo, numa operação o mais amistosa possível com a Prefeitura e o Ministério Público. Quando se quer, consegue-se fazer. Nós entramos lá com a Caixa Econômica e estamos fazendo. Vamos concluir a obra.

Esses são exemplos de que tudo o que fazemos está voltado para a saúde humana e para a saúde ambiental. Agora, são problemas de 20, 30 anos atrás. Eles vão sendo resolvidos cada vez com maior facilidade e velocidade à medida que, como disse antes, as prefeituras e os governos de Estado no Brasil inteiro vão se habilitando aos programas, por intermédio de mais projetos e mais equipes técnicas.

Se eu não houver respondido, depois o senhor faça mais perguntas.

Gostaria de agradecer ao Deputado Rômulo Gouveia as gentis palavras. Não o saudei inicialmente porque olhei em viés e o Deputado Sciarra o estava encobrindo. Por isso, não o citei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Pois é. Eu achei estranho, porque a dimensão do Deputado Rômulo é bem grande. Mas ele o encobriu.

Eu cometí a indelicadeza de não saudá-lo no início, mas o faço agora, e agradeço a S.Exa. as gentis palavras.

A respeito do decreto da Comissão, sim, é importante que o tenhamos. Mas já estamos funcionando, independentemente dele. Estamos rodando mesmo sem o decreto. Estamos trabalhando em grupo para levar essas questões que foram mencionadas à reflexão e posterior definição.

Sobre os valores — gostaria de responder simultaneamente, mas o Deputado Eduardo Sciarra saiu —, os projetos são de responsabilidade das prefeituras e do Governo do Estado. São esses entes que apresentam seus projetos e prioridades. E



muitos dos projetos já são objetos, inclusive, de solicitação de financiamento até a bancos internacionais. Há projetos apresentados junto ao COFIEX. Um dos grandes projetos do Rio de Janeiro já foi apresentado ao COFIEX, porque há que compartilhar a participação. Muitos deles são projetos de valor alto. Então, os próprios entes interessados estão encaminhando outras soluções. Assim está sendo feito, já que a responsabilidade é deles.

Lembro que tais responsabilidades, resultantes de encargos com a FIFA, foram assumidas pelas prefeituras e pelo Governo do Estado e têm de ser cumpridas localmente. **Neste** primeiro momento, Deputado Hamm, faremos o aporte de recursos para financiamento. Por isso falei que temos de ver a modicidade dos projetos nesse primeiro momento. Como disse o Presidente Lula, somos os primeiros a sair bem da crise, mas não saímos totalmente. Agora vem a fase de melhoria da arrecadação.

Há uma frase que sempre cito: “*Não se faz nada certo na hora errada*”. O certo agora é falar em financiamento. Quando houver sido recuperada a arrecadação e estivermos em outro momento, vamos poder avaliar o que está disponível.

Deputado Rômulo, os valores vão depender das priorizações, das parcerias que queiram ser estabelecidas pelas entidades interessadas. Eu mesmo citei agora um exemplo. Um Governador de Estado e um Prefeito estão no Ministério vendo qual projeto vão querer fazer. Não necessariamente um projeto é coincidente entre Estado e Prefeitura. Muitas vezes, há projetos que competem, inclusive na disputa pelo passageiro. Às vezes, propõe-se uma PPP, e ela conflita até com o programa local de um BRT; a PPP diz respeito a metrô e a BRT a ônibus. Afinal de contas, qual projeto vale? O passageiro é um só. Ele vai para um ou para outro. E deve ter retorno a operação, não podem duas operações ficar rodando vazias, sem retorno financeiro, senão volta aquilo que disse antes: o problema do subsídio tarifário. E, então, vamos entrar em uma roda que a gente já conhece.

Deputado Hamm, era esse o ponto que queria colocar.

Acho que respondi aos questionamentos sobre o decreto e o Rio.

Quero acrescentar algo que não falei naquela exposição: a questão da hotelaria. Eu falei na Secretaria de Portos sobre a melhoria dos portos. Eles podem

[p10] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:16 Taq.:Eliana Ramagem Rev.:



servir para comunicação e para chegada de turistas. Mas, muitas vezes, os portos podem servir de hotel, à medida que um navio cruzeiro possa lá ficar estacionado.

Outro dia, estava ouvindo uma declaração do Presidente da Associação de Navios Cruzeiros, e lembrei uma coisa interessante: junho e julho não é época de navios cruzeiros no Brasil. Eles vão para o Hemisfério Norte, onde é verão. Ao pensar nesse caminho, o Ministério do Turismo... Eu tenho ouvido algumas declarações a respeito desse tema. Vamos ter de repensar, ver que contratos poderão ser feitos para que navios estejam aqui ancorados nessa época. Durante o Carnaval, no Rio de Janeiro, chegamos a manter 7 ou 9 navios ancorados ao mesmo tempo. É muito lugar, desde que as pessoas tenham o intuito de ficar.

No Rio de Janeiro, temos um projeto de revitalização portuária. Estamos também influindo dessa maneira. É um projeto que envolve Prefeitura, Governo do Estado e Ministério das Cidades.

Quero lembrar que, antes disso, para testar aquela área, teremos o Fórum Mundial Urbano das Nações Unidas, o Habitat, que se realizará em março. Será um teste para as operações naquela área, com realização simultânea das operações de embarque e desembarque e um grande evento para as 15mil pessoas que estarão no Rio de Janeiro discutindo questões de desenvolvimento urbano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Ministro.

Vamos dar continuidade aos debates.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Srs. Presidentes das Comissões aqui representadas, Sr. Ministro Márcio Fortes, meus caros colegas, primeiro, gostaria de fazer algumas considerações e, ao final, 2 ou 3 questionamentos ao Ministro, e gostaria que eles não fossem tomados como crítica pessoal. Mas, sendo um Deputado de oposição, é evidente que eu tenha posição própria relativamente a todas as questões ora mencionadas, as quais merecem, da parte da Oposição, alguns questionamentos. E, mais do que isso, merecem suposições, em função do histórico deste Governo em várias questões que nós, da Oposição, temos citado.

Nós avaliamos que, muitas vezes — isso é criticável de nossa parte —, o Governo se alça à condição de governo que realiza e, muitas vezes, fica mais na propaganda do que na realização. Em relação ao PAC, por exemplo, eu o acho



interessante para o Brasil por dotar o País de uma infraestrutura capaz de garantir o seu crescimento. O Plano de Aceleração do Crescimento, tão alardeado pelo Governo, em 2007, teve 73% de realização com restos a pagar. Em 2008, Sr. Ministro, tivemos 55% de realização com 45% de restos a pagar. Neste ano de 2009, para se ter uma idéia, temos um pagamento de apenas 3 bilhões de reais num volume aproximado de 21 bilhões de reais, ou seja, 13,9% de realizações do PAC.

Sr. Ministro, V.Exa. mostra bem como este País é carente de projetos. Já citou as dificuldades, já fez o *mea culpa* ao dizer “nós tivemos na proposta do PAC muitas dificuldades em termos de projeto”. Com o Programa Minha Casa, Minha Vida também foi a mesma coisa. O Brasil não está preparado, em termos de projeto, para dar conta das realizações e dos gastos programados pelo Governo.

Tenho muita dúvida, Sr. Ministro, se as questões acontecerão ao seu tempo, sem gastos de última hora, o que muitas vezes encarece os investimentos. Há uma preocupação relativa à gestão dos gastos nos contratos levados a cabo pelo Governo.

No Projeto de Lei Orçamentária de 2010, não temos nenhuma menção à Copa de 2014. Para o Panamericano, por exemplo, do ponto de vista orçamentário, tivemos planos traçados com muita antecedência, principalmente no que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Plano Plurianual de Investimentos. E neste ano não temos nada, especialmente no Orçamento remetido a esta Casa para o exercício de 2010.

Com essas questões, Sr. Ministro, ficamos muito preocupados. Embora V.Exa. tenha dito que a Copa será em 2014 e que temos ainda certo tempo para a preparação, o planejamento é fundamental para mensurar os investimentos e para se obter sucesso. Ainda não temos condição de saber o quanto vamos gastar para preparar o Brasil para a Copa de 2014.

Já se fala em “PAC 2”. Meu colega e companheiro Deputado Afonso Hamm já até falou em “PAC da Copa”. Discordo. Acho que enquanto não tivermos o PAC 1 devidamente realizado, não dá para se pensar em PAC da Copa.

De qualquer maneira, Sr. Ministro, faço essas considerações iniciais para dizer que estamos sempre preocupados com a gestão, que tem sido um ponto fraco do Governo, com dificuldades e atrasos. Na nossa ótica, a gestão deixa a desejar do



ponto de vista dos investimentos. Precisamos melhorar. Queremos que o Brasil cresça, fazemos força para isso. Queremos que o Governo tenha muita competência na realização das suas obras. E, acima de tudo, queremos que o Brasil esteja preparado para receber os visitantes em 2014.

Sr. Ministro, V.Exa. parece preocupado com isso, porque apresentou detalhes. Disse que o visitante precisa encontrar o saneamento em ordem. Por exemplo, ao abrir a torneira, o visitante precisa encontrar água limpa. Também, ao visitar o Brasil, precisa encontrar um País preparado.

E, logo em seguida, vamos ter as Olimpíadas. É importante que o Brasil faça da Copa de 2014 um cartão de visitas que sirva para a preparação para as Olimpíadas de 2016.

Eram essas as considerações que gostaríamos de fazer.

Não temos um grupo de trabalho organizado, mas V.Exa. diz que já estão conversando.

V.Exa. mostrou preocupação em relação a dois grandes Estados brasileiros: Mato Grosso e Amazonas. As cidades de Cuiabá e Manaus precisam ser preparadas — por sinal, está aqui a nossa Deputada, que muito bem representa o nosso Estado. É claro que precisamos prepará-las, com projetos, planejamento e trabalho antecipado.

Temos aqui a presença de Presidentes de Comissão, que, quando convocam reuniões desta natureza, é porque o Congresso Nacional está preocupado em acompanhar, detalhadamente, cada passo que for dado nessa direção. Vamos acompanhar. Por isso é que estamos insistindo para que essas questões sejam decididas o mais rápido possível, com mais celeridade.

Quero dar um exemplo a V.Exa., Sr. Ministro. Falou-se muito no trem de alta velocidade para a Copa de 2014, o TAV Brasil. Pois bem. Estou acompanhando esse assunto com muita preocupação, porque sou da Comissão de Transportes, onde fizemos várias audiências públicas.

O projeto para esse trem demorou mais de uma ano para ser apresentado. No ano anterior, em março, o Presidente da República fez o compromisso público de que esse projeto seria apresentado. Mas esse compromisso não foi cumprido, sofreu o atraso de um ano. Um ano de atraso! Agora, estamos com o plano apresentado,

[p11] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:18 Taq.:Sabá Rev.:



mas há mais um adiamento de 30 dias, para em audiência pública se apresentar a proposta. Porém, nenhum dos investidores estão considerando a hipótese de entregar em 2014, apesar do compromisso do Governo no sentido de que o edital estará pronto para licitação e dará ganho à empresa ou ao país que mais antecipar o prazo. Mas nenhum dos investidores — tenho tido contato com todos os países interessados nessa questão — confiam que em 2014 será possível apresentar o trem de alta velocidade. Então, já é um discurso que vai ficar no passado, no baú, porque em 2014 não teremos o trem de alta velocidade ligando São Paulo ao Rio de Janeiro. Vejo os países interessados nesse projeto dizerem isso.

São essas as preocupações que temos. É claro que V.Exa., Sr. Ministro, deve ter considerações a fazer sobre minhas afirmações.

Faço uma sugestão. V.Exa. fala que há uma série de desafios pela frente. Talvez fosse interessante, por meio de ações do Governo, por intermédio do grupo de trabalho, conhecermos a realidade dos países que já sediaram a Copa. Seria importante conhecer que tipo de preparação fizeram, que nível de preparação fizeram, para que também possamos receber a Copa do Mundo de 2014 aqui no Brasil.

Ficam registradas as minhas considerações, que a mim me preocupam muito, e a sugestão que fiz. Entendo que o Brasil precisa se preparar em relação aos projetos. Vejo que V.Exa. concorda comigo neste ponto. É importante que no Orçamento deste ano e no Plano Plurianual já venham considerações a respeito do que faremos em termos de recursos para a preparação da Copa de 2014.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Desculpe-me as observações, mas as faço por convicção. Entendo que o Brasil tem de se preocupar mais com a gestão, e temos tido dificuldades neste sentido.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rômulo Gouveia) - Peço novamente aos Srs. Deputados que otimizem o tempo.

Vamos ouvir 3 Deputados. Em seguida, ouviremos o Sr. Ministro.

Por ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Simão Sessim. Em seguida, falará o Deputado Fábio Faria.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, meu caro colega Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão da Copa de 2014; meu caro colega Presidente da Comissão de Turismo, Deputado Afonso Hamm. Saúdo a todos que tiveram a iniciativa de realizar esta audiência pública, o Deputado Eduardo Sciarra e o nosso Deputado Sílvio Torres.

Sr. Ministro, logo de início, quero dizer da admiração e respeito que tenho por V.Exa., que a todos nós passa tranquilidade no enfrentamento do seu mister, que não é pequeno — aliás, até certo ponto é ousado. V.Exa já esteve à frente de alguns Ministérios e, por experiência, tem sabido absorver todos os problemas que lhe são apontados.

Fico a admirá-lo cada vez mais, porque não vejo, em momento algum, que os problemas lhe trazem intranquilidade ou desconforto. V.Exa. recebe todos os desafios. E receberá mais um, se aparecer, e mais outro, se aparecer. Isso faz crescer cada vez mais a nossa admiração. Não digo isso apenas porque V.Exa. pertence ao nosso partido, com muito orgulho, o Partido Progressista; não digo isso porque V.Exa. é do Rio de Janeiro, lá vive e convive com as pessoas mais simples — porque V.Exa. é simples demais também. Eu digo isso porque só quem acompanha sua atuação pode comprovar tudo o que eu estou dizendo.

[p12] Comentário: Sessão:1687/09 Quart
19 Taq.:Víctor Rev.:

Na exposição que fez — até um pouco rápida, poderia ter tido mais tempo, se quisesse, mas deu oportunidade ao debate —, deu-nos V.Exa. um espelho, um retrato de como vai o Governo enfrentar todos esses eventos que explodem de maneira muito rápida, como se tudo nesse Governo acontecesse muito rápido. É uma verdadeira revolução o que está acontecendo neste País através desse Governo.

E falo não só como um homem da base, mas como alguém que atravessou vários Governos — eu tenho 8 mandatos, há 31 anos estou acompanhando todos esses Governos.

Não quero aqui medir a minha crítica ou a minha avaliação aos governos anteriores e até peço ao nobre colega Deputado Vanderlei Macris, por quem tenho verdadeira admiração e respeito... Mas quero dizer que esse Governo, Ministro, já revolucionou logo de início, quando criou o Ministério das Cidades. Não é fácil, é uma grande ousadia tentar resolver os problemas das cidades brasileiras. E V.Exa.,



ao assumir o Ministério, começou a receber incumbências as mais difíceis, porque eram legados de Governos anteriores, que nada fizeram.

Eu estava aqui nesta Casa, presidindo a Comissão de Desenvolvimento Urbano, quando o Governo anterior anunciou que enfrentaria o problema do déficit habitacional. Eram 7 milhões naquela época. E nós terminamos o Governo anterior sem que esse déficit tivesse sido diminuído em nada. Agora surge o projeto Minha Casa, Minha Vida, que já é combatido. Diz-se que não vai dar certo. Talvez pela experiência dos Governos anteriores, que nada fizeram. Estava aqui o Deputado Márcio comigo e viu esse anúncio, e nada aconteceu.

Foi anunciado o PAC, que é uma ousadia, um programa ousado para um País que precisa acelerar o seu crescimento. Eu digo isso porque quando o PAC veio, lembro-me bem, tínhamos um projeto de saneamento para o País que, da maneira como estava evoluindo, levaria 50 anos para solucionar os problemas, para chegar ao ponto em que o PAC já chegou.

Então, se o PAC não der certo na sua plenitude, se revolver apenas 50% do que pretendia, já se terão adiantado 25 anos neste País. E 25 anos de saneamento representam melhoria na saúde, na saúde ambiental, na saúde preventiva e até na curativa. Os exemplos são gritantes.

O PAC está enfrentando um problema sério, principalmente no Rio de Janeiro, que é o das favelas. Eu estive lá com V.Exa., na sexta-feira, antes do anúncio maravilhoso que recebemos logo depois, visitando o Complexo do Alemão. É preciso que este País vá lá ver as obras. É preciso que se assista ao que está sendo feito. É preciso que se entenda o projeto que está ali sendo implantado, que vai dar dignidade àquela gente. E não é só lá, é em Manguinhos, é em várias comunidades de favelas no Rio de Janeiro.

O PAC está em todo o Brasil. Se atraso existe, se não há totalidade de aplicação de recursos é porque ainda é muito grande a falência de técnicos nas Prefeituras, nos Governos dos Estados, com relação à elaboração de projetos e ao cumprimento dos mesmos. Nós já enfrentamos isso em épocas anteriores.

Então, Sr. Ministro, quero dizer a V.Exa. que o Brasil, de repente, recebe eventos que jamais imaginávamos poder receber. Mas não é de graça. Ninguém recebe a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, os Jogos Militares, as

[p13] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:20 Taq.:Víctor Rev.:



Olimpíadas se não tiver projetos aprovados. E não fomos nós, desta Casa, que os aprovamos. Quem os aprovou foi o COI, foi a FIFA, foram os órgãos internacionais responsáveis por isso. E aprovaram porque os projetos foram competentes, nossas lideranças governamentais estiveram unidas, juntaram-se às confederações e aos organismos que tratam do assunto e tiveram competência para ver aprovado o projeto. Não ganhamos de cidadezinhas, ganhamos de metrópoles importantes a última disputa para sediar as Olimpíadas. Ganhamos de Tóquio, Madri, Chicago. Então, nós estamos evoluindo. É preciso bater palmas e, ao mesmo tempo, rezar, torcer, pedir a Deus que nos abençoe e nos ilumine cada vez mais para que realizemos esses eventos.

Concordo com as críticas. Considero-as necessárias. Mas é preciso que nós todos passemos a nos dar as mãos e cumpramos nosso papel, aqui no Legislativo, principalmente, de ajudar a resolver esse problema.

Então, feito esse preâmbulo, quero dizer a V.Exa. que tenho certeza de que nós vamos crescer. Agora, ficará o legado. Isso é o mais importante de tudo. Nós não ganhamos a disputa para que o nosso País seja campeão da Copa do Mundo de 2014, isso a gente já faz há várias Copas; nem para melhorar o nosso desempenho nas Olimpíadas. Nós queremos que tudo isso seja um foco para melhorar a nossa juventude, a saúde, a educação, o meio ambiente; enfim, tudo o que esses eventos trazem na sua trajetória. E um exemplo é o turismo, como disse muito bem o Deputado Afonso Hamm. Sem dúvida alguma, trará um benefício maior ao nosso turismo.

Com tudo isso, Sr. Ministro, quero dizer que o planejamento nos interessa também, é lógico, porque sem planejamento não chegaremos a nada. Mas queríamos que, se possível, conforme proposta tão bem apresentada pelo Deputado Rômulo Gouveia, esta Casa fosse representada no grupo que vai elaborar o projeto da Copa do Mundo de 2014. Seria importantíssimo que tivéssemos o Legislativo lá representado.

Sr. Ministro, eu estava ao seu lado no Copacabana Palace, assistindo àquele povo alegre. Pulamos muito quando o Presidente do COI anunciou "Rio de Janeiro". Naquela sua fala, ele nos deu muita alegria, muita felicidade. E não há alegria, não há felicidade sem dar graças a Deus. Naquela hora, todos nós, de mãos dadas,



agradeçemos a Deus. E eu não vi de sua parte, Sr. Ministro, preocupação maior ao receber esse desafio maior. *“É mais um evento, eu vou enfrentar.”* E é o que V.Exa. vem fazendo.

Vamos em frente, Ministro. Eu só me preocupo agora em lhe fazer uma pergunta com relação ao Rio de Janeiro, referente à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Eu queria saber de V.Exa. se nós já teremos antecipadas algumas coisas de 2016 por causa da Copa. Quem sabe! Aí eu queria puxar um pouquinho lá para a nossa região, a Baixada Fluminense. As soluções, os projetos, principalmente de transporte, de segurança, tudo que vai ser feito em benefício do Rio de Janeiro poderia ser estendido para a região metropolitana, porque nós somos o Rio de Janeiro. Sempre que possível nós usamos o Rio de Janeiro e queríamos usar também os benefícios que lhe serão dados. Só para dar um exemplo, para irmos ao Maracanã, nossa ligação principal é a Avenida Brasil. Se não tivermos ali um projeto que melhore, racionalize, otimize o transporte, nós teremos dificuldade.

Por isso, Ministro, mais uma vez quero parabenizar V.Exa. Se possível, peço que nos adiante algum dos projetos maravilhosos que vão engrandecer a nossa Cidade Maravilhosa e a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputado Simão Sessim.

Nós fomos informados de que a Ordem do Dia já vai ser iniciada. Então, vamos conceder a palavra por 2 minutos, pedindo aos próximos oradores que sejam bem breves, senão o Ministro não vai poder sequer ouvir as perguntas e muito menos responder.

O próximo inscrito é o Deputado Fábio Faria. Deputado, coincidiu com a sua vez o tempo de 2 minutos, mas pode haver 1 minuto de tolerância.

O SR. DEPUTADO FÁBIO FARIA - Vou pagar o preço.

Srs. Presidentes, Silvio Torres, Rômulo Gouveia, Afonso Hamm; Sr. Ministro das Cidades, Marcio Fortes, quero corroborar as sábias palavras do meu amigo Simão Sessim e parabenizar Simão e os cariocas, que conseguiram, na última semana, o direito de sediar as Olimpíadas de 2016, fato que, tenho certeza,

[p14] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:21 Taq.:Leine Rev.:

[p15] Comentário: Com. Fiscal. Fin. e
Controle: Pres. Silvio Torres; 1º Vice Rômulo
Gouveia. Turismo e Desporto: Pres. Afonso
Hamm.



emocionou o Brasil inteiro, porque somos apaixonados pelo esporte e torcemos pelo Brasil. Estou certo de que as Olimpíadas trarão muitos benefícios para o nosso País.

Para ser conclusivo, Ministro, quero falar sobre o meu Estado. Temos um potencial turístico muito forte, é nossa principal atividade. Devido a nossa rede hoteleira, localização geográfica, clima, entre vários itens que a FIFA avalia, nós conseguimos sediar a Copa, o que trouxe uma alegria muito grande para o nosso povo. Nós, natalenses, ficávamos sempre de longe vendo muitas coisas irem para Pernambuco, Ceará, Bahia e agora vamos ser protagonistas.

Tenho algumas indagações. Uma se refere a saneamento. Nossso índice de saneamento é o menor entre as 12 cidades-sedes. Quero saber quanto teremos pelo PAC para essa área. Sabemos que para o BRT, que deverá ser nosso meio de transporte na Copa do Mundo, temos 5 bilhões. Quanto teremos para saneamento? Há algum percentual mínimo exigido pela FIFA? Talvez o Presidente Afonso também possa ajudar na resposta sobre se há um percentual mínimo de saneamento básico exigido de cada cidade. Creio que não haja.

[p16] Comentário: Bus Rapid Transit. Lein

Outro ponto, Sr. Ministro, com o qual estou muito preocupado. Hoje, até o PAC sofreu muito com liberação junto ao Ministério Público, ao IBAMA, a vários agentes que ficam exigindo inúmeras documentações para se realizarem muitas coisas que poderiam ser mais fáceis. Nossso Estado agora abriu modelo de licitação, e o Ministério Público já foi para os jornais dizer que não aceitava aquele tipo de modelo. Eu queria saber se não poderíamos criar 1, 2, 3, 4 ou 5 modelos — é lógico que cada cidade tem sua história — para que as cidades adotem um, Presidente Afonso, que não seria questionado pelo Ministério Público. Por exemplo, estádios de até 45 mil, que pertençam ao Governo ou Prefeitura, terão que fazer o modelo tal ou o modelo X. Seria pelo menos uma forma de darmos uma resposta para as pessoas que tanto perguntam sobre esse assunto e mais transparência ao processo. Era praticamente isto: saneamento e modelo de licitação.

[p17] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:22 Taq.:Leine Rev.:

Há ainda o nosso aeroporto. Estamos no processo para receber o aeroporto São Gonçalo do Amarante. Queria também ouvir algo a seu respeito, se ele vai estar pronto até 2014.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Fábio Faria.

O Ministro quer dar algumas respostas agora. Depois terá a palavra o Deputado Fernando Chiarelli.

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Eu vou responder bem rapidamente, se me permitem, e depois podem continuar a fazer mais perguntas.

Deputado Vanderlei, em nenhum momento tomo como coisa pessoal. A vida democrática é exatamente essa. Se fossem todos a favor, não haveria graça. Temos de ter posições como as tão bem apresentadas pelo senhor.

Lembro a observação que fiz sobre as dificuldades do PAC que determinaram exatamente que houvesse um atraso aparente no primeiro momento. Eu citei tanta coisa: a elaboração do projeto, a discussão do projeto, a parte ambiental, a regularização fundiária, a parte do edital, a realização da obra, a discussão com os órgãos de fiscalização. No meio da obra aparece sempre um percalço novo, ou não é regra do jogo? A regra do jogo da obra de engenharia é atrasar, é sempre assim, há sempre um percalço novo. Tudo isso fez que, no primeiro momento — não nós, porque não fizemos obras; o Governo Federal não fez nenhuma obra —, as Prefeituras e os Governos de Estado tivessem problema para conseguir agilizar a execução. Então, a observação referiu-se ao lado de quem executa. O que digo agora, num segundo momento, é que a estruturação já se fez presente em várias Prefeituras e Governos de Estado com vistas a um programa dessa dimensão.

Quero lembrar — o senhor é de São Paulo — que não houve nenhuma restrição, em nenhum momento, quanto a qualquer situação de qualquer Prefeito, qualquer Governador do ponto de vista partidário. Todos foram parceiros. Nós temos enormes investimentos com o Governador Serra, com a Governadora Yeda, no Rio Grande do Sul, com o Governador Aécio, em Belo Horizonte. Estamos levando muito bem os projetos em todos os lugares, com a **SABESP**, com a **COPASA**, em Minas. Todas as empresas de saneamento ou de habitação estão levando os projetos... Hein?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Em Sete Lagoas, bem lembrado, houve um problema de análise de projeto, mas já foi liberado. São todos projetos

[p18] Comentário: Confirmado. Leine

[p19] Comentário: Confirmado. Leine



muito grandes. O de Sete Lagoas, se não estou errado, são 114 milhões. Tenho de lembrar, os números estão na cabeça.

Então, o problema não é de falta de planejamento nosso, é nacional. Ninguém esperava que um dia aparecesse um projeto que tivesse confiabilidade econômico-financeira, porque o orçamento existe. O financeiro significa o seguinte: obra que é aprovada, que é executada, que é medida é paga sem que eu tenha que pedir limite a ninguém. O senhor sabe como funciona. *"Preciso de um limite, Ministério da Fazenda, porque eu preciso pagar ao Deputado, sua emenda, alguma coisa"*. Para isso eu não preciso pedir a ninguém, é automático, e nunca deixou de crescer. O pessoal dizia que com a crise cairia o PAC. Ao contrário, o PAC total era de 504; já está em 657 bilhões. E faço rodada todo dia aqui. Se há algo em menor velocidade, faço outra chamada, habitação, saneamento, a toda hora anuncio. Só este ano já foram feitas chamadas para 9 bilhões e 300, e vamos rodando. Há um definido para ser anunciado esta semana, de 870 milhões de reais, para vários municípios brasileiros, para projetos antigos e projetos novos. O Lopes está muito assanhado aqui porque várias cidades já foram pré-selecionadas.

[p20] Comentário:

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - (Risos.) Mas não houve definição final. Várias cidades no Brasil inteiro estão pré-selecionadas e apresentaram os projetos que estão sendo definidos.

Então, o tema é nacional. O planejamento não é só nosso; todos têm de estar jogando juntos.

Em relação à questão do TAV, a Ministra Dilma, na próxima quinta-feira, tem um balanço, o quadrimestral, e ela fará o balanço próprio da área do Ministério dos Transportes sobre o andamento da questão da audiência e da data da licitação no segundo semestre. Portanto, ela fará um balanço apropriado. No último balanço ela fez a apresentação do trajeto — o senhor se lembra disso — e agora vai apresentar os detalhes do balanço nesta quinta-feira.

[p21] Comentário: Trem de Alta Velocidade Leine

Quanto a eventuais atrasos, eu disse na exposição inicial, o momento foi crítico para vencer essas fases todas, depois o avião decolou e está já em pleno voo em vários momentos. O número não vai ser anunciado por ela, mas eu tenho expectativa de que será algo entre 80% e 90% de todos os projetos do PAC — todos



— serão terminados até o final do ano que vem. Alguns têm previsão de cronograma para depois, já para 2011. Não se trata de atraso, passará para o ano seguinte, 2011, em função de seu próprio cronograma. Era isso que eu queria dizer.

Estamos todos juntos — Governo e Oposição — na realização do PAC. Estamos todos juntos. O problema não é só de um lado no que se refere a projetos, é questão mais de os Governos de Estado e Prefeituras se estruturarem. Não que estivessem desestruturados, mas o passado não justificava a estruturação. Passado não diz respeito a Governo anterior, estou falando de 20 anos atrás, dos acúmulos, quando havia BNH, etc. e de repente desapareceu tudo. Tudo ficou perdido, as migrações para as grandes cidades, as favelas crescendo, as palafitas crescendo, pessoas morando em área de risco, pessoas poluindo as bacias, poluindo São Paulo, poluindo o Rio dos Sinos, no Sul, poluindo o Rio Capibaribe em Recife. Em todos os lugares, a poluição. E, de uma hora para outra, temos de despoluir isso tudo. Só se despolui com ETE, ETE, ETE, ETE, ou seja, Estação de Tratamento de Esgoto uma atrás da outra. Caso contrário não vai.

Há cidades, como Sete Lagoas, que estão afundando, estão pegando água do subsolo. A cidade está parecendo o México, começando a afundar, poluindo o Rio Paraopeba.

Qualquer Deputado que cite uma cidade dirá que o índice de coleta pode ser até bom, mas o de tratamento é drasticamente negativo. Estão aparecendo resultados agora em função de que alguns projetos estão sendo concluídos. Pode-se ver em Campinas como está o resultado com a empresa local, a SANASA, em que o resultado já está aparecendo junto com a administração da bacia dos 3 rios. Com isso, vão-se aparecendo os resultados.

Tenho de ser rápido para dar oportunidade a outras perguntas.

Agradeço gentilmente as palavras ao Deputado. Ele exagerou muito. Ele não é tricolor, mas é do Rio de Janeiro, é Flamengo, é opositor, mas é um grande amigo.

A questão dos legados é importante no caso das Olimpíadas. Não é só legado para ficar depois de portão fechado. Tem que ser legado para funcionar. O estádio tem de estar funcionando e o que for colocado de mobilidade tem de funcionar também. Não é só ficar de fantasia, estar circulando sem passageiro,

[p22] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:23 Taq.:Denise Honda Rev.:



porque não há sustentabilidade econômico-financeira. Tem de funcionar dessa maneira.

A respeito de projetos, Deputado Simão Sessim, há compromisso no caderno de encargos com as Olimpíadas, mas não há compromisso no caderno de encargos com a FIFA. Com as Olimpíadas, sim, apareceram 3 ligações, que inicialmente eram Penha/Barra; Barra/Deodoro, que é o projeto "C"... O T4, que é Penha/Barra; o Projeto "C", que é Barra/Deodoro; e o terceiro, que é ligação de Ipanema até a Barra. Todos os 3 por BRTs. Um vai ser concessionado e 2 vão ser públicos. Esses são os projetos.

A par disso, para a sua área, existe um projeto que está sendo discutido pelo governo local, que é a utilização da Via Light em paralelo à Dutra. Vamos discutir esses projetos ainda. Estão sendo apresentados.

Há uma questão que quase me escapou, apresentada pelo Deputado Vanderlei. Houve uma pequena confusão na explicação, talvez eu tenha entendido de maneira equivocada. O PAC 2 é igual ao PAC 1, é para tudo. Não tem nada ver com a Copa. Temos o PAC 1, que foi habitação, saneamento, logística, transporte, tudo o que se sabe. Vem agora essa definição do apoio para a Copa. O PAC 2 é um outro PAC 1 para tudo. O PAC 2 não é Copa, mas é tudo. Então, vamos discutir para a Copa um pacote.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Desculpe-me, Ministro. Eu entendi, claro, mas fiz uma referência apenas ao que disse o Deputado Afonso Hamm, que fez essa referência específica sobre o PAC da Copa.

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - O PAC 2 é um outro. É começar do zero e fazer outra rodada, já com as Prefeituras e Governos estruturados, para todos os problemas que relacionei.

Sobre Natal, o projeto do aeroporto segue na sua execução. Os projetos mais apresentados são de BRTs. Há um projeto de VLT que vai ser substituído por BRT, para ligar o aeroporto.

Quanto ao saneamento, não temos limites, não temos compromisso algum com a FIFA ou com o COI a respeito do saneamento. O compromisso é com a nossa cabeça, entre nós mesmos. Não podemos deixar o problema continuar, é nosso e de todos os senhores.



Queria corrigir uma palavra que foi dita, permita-me, Deputado. Dessa vez os senhores são testemunhas. Nada disso, todos os senhores são protagonistas. Todas as leis do PAC passaram por aqui e foram aprovadas pela Casa. O PAC é da Casa também, todos os senhores aprovaram. O Minha Casa, Minha Vida também foram os senhores que aprovaram.

Meus agradecimentos a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Vamos fazer uma rodada agora. Temos 5 inscrições. Então, vamos disponibilizar 2 minutos. De fato, vou controlar o tempo, de maneira que todos os Parlamentares inscritos finalizem. Aí teremos a palavra final do Ministro Márcio Fortes.

Pela ordem, terão a palavra os Deputados Fernando Chiarelli, Edinho Bez, Thelma de Oliveira, Márcio Reinaldo, Otávio Leite e o Eliene Lima.

[p23] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:24 Taq.:Denise Honda Rev.:

Vamos fazer toda a rodada em bloco. Com a palavra o Deputado Fernando Chiarelli, do PDT.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CHIARELLI - Sr. Ministro, não preciso dos 2 minutos, na verdade. Quero fazer uma observação inicial sobre algo que o senhor disse, *a priori*, sobre a derrota do Brasil em 1950. Isso aí, na minha forma de ver, foi o que fez com o Brasil fosse o que é hoje, porque nós, brasileiros, somos uma raça especial, principalmente quando estamos humilhados e sob pressão.

Sr. Ministro, escuto o dia inteiro em rádio, jornal e televisão, de tudo quanto é tipo de analista, que na capital do meu Estado, São Paulo, o estádio do Morumbi não está praticável para a Copa do Mundo; não está em condições, por diversas razões, de disputar a Copa do Mundo.

Não sei nem se o senhor pode me responder isso. Sendo Deputado paulista da região nordeste, deixou claro ao senhor que Ribeirão Preto tem 2 estádios de futebol com capacidade para abrigar a Copa do Mundo.

Prova disso é que as finais do campeonato paulista são jogadas em Ribeirão Preto. Os grandes clubes já foram jogar lá. Todos perderam: Flamengo e Vasco da Gama. O único que ganhou foi o Fluminense, do Rivelino e do Paulo César. Portanto, essa é a observação que queria fazer. O Botafogo perdeu também.

Um abraço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Deputado Fernando Chiarelli.

Passo a palavra ao Deputado Edinho Bez, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Apenas para fazer um breve relato. Vi o Simão Sessim feliz com a presença do Ministro. Na qualidade de botafoguense, digo que o Botafogo perdeu para o Fluminense e colaborou com o Fluminense para o Flamengo ter melhores condições, e não perdoou o Fluminense no último domingo. Está faltando um pouco mais de unidade no Rio de Janeiro.

Deixando de lado a brincadeira, vou ser breve em função do tempo.

Com relação às PPPs, a parceira vai depender da viabilidade do projeto. Sou empresário e fui Secretário de Estado da Infraestrutura. Discuti muito isso e estudamos muito a viabilidade das ferrovias no Brasil. Quando se busca parceria, principalmente privada, obviamente que o empresário estará analisando o retorno do dinheiro, visando lucro, o que é normal. E eu defendo isso.

Mas quanto se vai gastar, quando vão terminar as obras, não é possível ao Ministro responder. E ninguém vai poder receber se não tivermos o projeto pronto, acabado e definitivo e um estudo de viabilidade para podermos contar com a parceria público-privada. Essa é a minha opinião.

É inoportuno falarmos neste momento sobre valor do investimento, antes de termos o planejamento completo, de saber o que queremos. Isso porque ainda pairam dúvidas se vai ser no estádio "a" ou "b" ou o que vamos construir. Existem muitas dúvidas.

Lamento Florianópolis ter ficado de fora, porque fica no meio, entre Curitiba e Porto Alegre. Até Criciúma poderia ter sido. Falando sério mesmo, turisticamente. Ninguém virá à Copa do Mundo só para assistir futebol. Nós, da Comissão, sabemos disso. No ínterim entre uma partida e outra, vão querer conhecer o nosso potencial turístico. E o Brasil tem um potencial turístico fantástico.

Ministro, devemos ter foco. Primeiro, temos de saber o que realmente queremos, baseados na regulamentação, nas exigências da FIFA também, obviamente. Depois, partirmos para a elaboração dos projetos. Em seguida, procurar as parcerias público-privadas e realizar o estudo de viabilidade de cada projeto.



Deveríamos focar neste momento nisso, para depois falarmos na questão financeira. Não tenho me preocupado muito com isso, se realmente tivermos projetos de qualidade.

Parabéns ao Ministro, que veio à na nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Estava passando por aqui e queria ver se poderia dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Fiz a convocação de uma audiência pública — talvez o Ministro possa nos ajudar, assim como a Comissão — para discutir o licenciamento das obras da Copa do Mundo. Quer dizer, a montagem do esquema de licenciamento, para não haver atraso. Foi um pedido que recebemos no Rio de Janeiro da própria indústria da construção civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - V.Exa. quer fazer um esclarecimento? Ou já se considera essa informação?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Já foi feito o pedido, eu queria que a Comissão também participasse da audiência pública. Portanto, queria convidá-los para isso, quando se discutirá a preparação para dar a licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Deputado Fernando Gabeira as palavras.

Concedo a palavra à Deputada Thelma de Oliveira, do PSDB do Mato Grosso.

A SRA. DEPUTADA THELMA DE OLIVEIRA - Sr. Ministro, Sr. Presidente Afonso Hamm, eu queria, primeiro, dizer que fiquei bastante feliz com as palavras do Ministro, quando se referiu à questão de Cuiabá e de Manaus. Falo em meu nome e do colega Deputado Eliene Lima, que teve de se retirar devido a uma audiência.

Não vou repetir os questionamentos que já foram apresentados, porque me senti contemplada com a fala do Deputado Vanderlei Macris. Mas queria aproveitar a oportunidade e reafirmar o convite a V.Exa. para que compareça a Cuiabá, no dia 15, e participe conosco desse fórum que está sendo muito bem conduzido pelo nosso Presidente e cujo tema está tendo repercussão bastante positiva.

Há duas preocupações, e por isso consideramos importante a ida de V.Exa. Em relação à questão do meio ambiente. Lá temos o Pantanal, e há toda uma

[p24] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:25 Taq.:Stella Maris Rev.:



atenção especial ao Pantanal e ao meio ambiente. Então, eu gostaria de saber se o Ministério está incluído nesse grupo de trabalho e se será uma prioridade, porque estamos falando do meio ambiente não apenas com relação ao Pantanal, mas de uma maneira geral.

A segunda dúvida é com relação às cidades, aos municípios vizinhos. Não se trata apenas do município onde há o Pantanal, como é o caso de Poconé, mas temos Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger, toda a baixada cuiabana, que assim denominamos, e gostaríamos de saber se também esses municípios poderiam ser considerados prioridade.

Por último, no Estado de Mato Grosso há uma agência formada por representantes do Governo do Estado e da Prefeitura que vai tratar especificamente da Copa. Acho que isso nos possibilitará um trabalho mais unido e eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos a contribuição à Deputada Thelma de Oliveira, que juntamente com o Deputado Eliene Lima propôs a sede do fórum a realizar-se na próxima semana.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Sr. Presidente Afonso Hamm, Deputado Rômulo Gouveia, Sr. Ministro. Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar V.Exa. e agradecer-lhe a presença e as informações. Faço minhas as palavras do amigo Simão Sessim, enaltecendo o trabalho de V.Exa., que é orgulho para todos nós do Partido Progressista.

Sr. Ministro, realmente, aquele projeto de Sete Lagoas, aqui mencionado, está se tornando realidade. Eu gostaria de fazer uma correção: o esgoto da cidade não corre para o Rio Paraopeba, mas para o Rio das Velhas, e dali vai para o São Francisco. Quer dizer, o Paraopeba segue outro curso e também vai para o Rio São Francisco.

O que me motiva a levar minha palavra a V.Exa. diz respeito a Belo Horizonte, uma das cidades da Copa do Mundo. Tenho lido na crítica, na imprensa sobre os problemas da rede hoteleira e do trânsito. O problema do trânsito passa pelo metrô de Belo Horizonte, que é muito acanhado, e está a cargo da CBTU, também sob a égide de V.Exa. Com relação ao metrô de Belo Horizonte, há muitas dificuldades e reclamações da população. Ao ouvirmos os companheiros do metrô,

[P25] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:26 Taq.:Stella Maris Rev.:



vemos que existem várias dificuldades, como falta de dinheiro para custeio, pois não tem sido liberado e problemas de investimentos efetivos no órgão, inclusive verbas perdidas no passado. Para este ano, há uma verba para a compra de trens que até hoje, parece, não foi mobilizada.

Estamos preocupados porque realmente a Copa do Mundo está chegando, pois 2014 virá rapidamente. Se muitas ações não forem adotadas, haverá problemas reais para viabilizar o trânsito, principalmente na região que dá acesso ao Mineirão, etc.

Sabemos que o Governo de Minas está tomando providências, vai fechar o Mineirão e está transferindo todos os jogos futuros para a cidade de Sete Lagoas, onde está investindo importância adequada no estádio local, do Democrata Futebol Clube, que irá abrigar os jogos do Cruzeiro e Atlético.

Mas, veja que teremos problemas reais no transporte público se muitas iniciativas não forem tomadas pela CBTU, que está a cargo de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradeço ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira também ter aproveitado bem o tempo.

Registro a presença das Deputadas Angéla Amin e Lídice da Mata.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Otávio Leite, para encerrar a rodada em relação aos encaminhamentos ao Sr. Ministro Márcio Fortes.

O SR. DEPUTADO OTÁVIO LEITE - Sr. Presidente Afonso Hamm, Deputado Rômulo Gouveia, eminentes Ministros, desde já registro meu profundo respeito por V.Exa., homem público, de Estado. Embora neste instante exerça um papel de Governo, V.Exa. merece todo o nosso crédito e respeito.

Venho trazer algumas breves considerações. Infelizmente o tempo é exíguo e não poderei aprofundar-me, apenas deixarei muito clara uma convicção que foi sendo construída na minha consciência. Há uma presunção que serve como princípio na vida pública, de que os homens que estão nela têm espírito público. Espírito público é examinar o interesse maior, convergir e separar o que é de fato necessário, independentemente de questões de partidos. Uma coisa é o viés eleitoral, outra é o êxito da administração. Enfim, tudo isso corresponde a alguns critérios, mediante os quais se afere o índice de espírito público na práxis dos homens.



É certo que o País vem emergindo de alguma maneira — e todos queremos que ele vá para a frente. Também é certo afirmar que isso somente foi possível porque os fundamentos macroeconômicos hoje existentes foram instituídos, estabelecidos e consolidados no Governo anterior. Queremos que o Brasil se desenvolva, portanto não é dado a nós, que temos espírito público, trabalhar contra o Programa de Aceleração do Crescimento. Queremos que o PAC seja executado, queremos que aquilo que se propaga, proclama e anuncia aos 4 cantos, com farta participação da imprensa e com a percepção da população inquestionável, de fato seja verdade na prática.

Problemas e barreiras surgem. Tudo isso, sabe-se que acontece. Mas há números que nos chamam a atenção e remetem a um questionamento em relação à *performance* do PAC, à velocidade que se supunha que ele pudesse se desenvolver. PAC 2007:16 bilhões de reais. Até o momento, passados 2 anos, segundo dados do SIAFI, de anteontem, 72% foram executados. PAC 2008: 18 bilhões de reais. Até o momento, conforme dados de 2 dias atrás, tão somente 54% foram executados. Dados de 2009: 21 bilhões de reais. Até o momento, 13 bilhões de reais foram executados. Sabe-se que há empenhos, às vezes não perfazendo o total, mas isso tudo revela uma informação verídica — e o certo seria deixar mais claro para a população.

É apenas um dado macroeconômico, que não se cinge ao Ministério de V.Exa., mas ao contexto maior do Governo. Por que estou afirmando isso? Porque chama atenção o fato de já haver uma volúpia, uma iniciativa já quase que eleitoralmente antecipada de se propagar novos PACs — é PAC para isso, PAC para aquilo. Sabemos que o Rio de Janeiro teve 3 complexos urbanos importantes aquinhoados pelo PAC, dentre setecentas e tantas comunidades que temos: Alemão, Rocinha e Pavão-Pavãozinho. Mas ali tem um investimento grande.

Apenas uma ponderação quanto a esses investimentos. É óbvio que, do ponto de vista concreto, a consequência será a requalificação da vida das pessoas que ali estão. São 120 mil pessoas no Complexo do Alemão, por exemplo, onde há investimentos, parece-me, de 400 ou 600 milhões de reais. Isso oscila. Seiscentos milhões de reais para uma comunidade de 120 mil pessoas. Muito bem. Eu não vi,

[p26] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:27 Taq.:Maria Cristina Rev.:



Sr. Ministro, nesse volume de recursos, algo substancial voltado para o empreendedorismo, voltado à geração de renda.

Sei que há alguns cursos do SENAC, sei que foi feita pesquisa sobre atividades econômicas e iniciativas próprias; mas não vi realmente uma dotação substancial que dê a esse universo de pessoas, que têm perspectiva de melhorar o meio físico onde vivem, oportunidade de emprego.

E ali, ao redor do Complexo do Alemão, em toda aquela região, abundam os exemplos de galpões fechados por conta da insegurança que foi aos poucos tomando conta do lugar. Há um conjunto grande: São Cristóvão, Engenho da Rainha, Inhaúma, Del Castilho, Tomás Coelho. E por aí vai. Há, portanto, um ambiente urbano muito grande, com atividades econômicas praticamente zeradas.

Se há investimento grande em infraestrutura, por que não houve investimento fortíssimo em desenvolvimento econômico, em recuperação econômica? Se por um lado a qualificação do espaço urbano melhora a vida das pessoas, o que as liberta é a autonomia, o trabalho, a possibilidade de emprego, etc. Mas ali estamos muito congelados.

Apenas faço essas observações em função dos exemplos que se extrai, alguns muito badalados pela mídia e pelo Governo, naturalmente. Foram destinados 12 bilhões para a refinaria do Rio de Janeiro, que é uma obra estruturante e fundamental. Estivemos lá recentemente, mas ela está ainda nos primeiros passos da terraplanagem, não chegou a 25%.

A população recebe uma gama, uma bateria de informação, como se isso já fosse realidade. Mas não é uma realidade ainda; é um passo que está sendo dado, uma obra de Estado importante, a exemplo do Arco Rodoviário, e por aí vai.

Registro aqui uma constatação. Não tome isso como crítica, pois é apenas mas uma constatação. Esta semana, a Ministra Dilma Rousseff esteve no Complexo do Alemão. Aliás, a matéria até diz que S.Exa. não teve contato com a população; ela fez um determinado percurso para, tecnicamente, verificar o andamento da obra, etc. Pelo que sei, o Presidente da República esteve lá umas 4 ou 5 vezes; em certa oportunidade, inaugurou um conjunto de habitações de 50 casas, mais ou menos, de um total de 200, referentes a um reassentamento que será feito. Fiquei perplexo: o Presidente da República indo inaugurar 50 ou 56 unidades de casas? Essa iniciativa



é típica do Prefeito de uma cidade de 10 mil habitantes, por isso fiquei perplexo. Então, toda hora há uma romaria ao Complexo do Alemão.

Queremos que as iniciativas vão adiante, queremos que o PAC se desenvolva e seja executado e queremos que os números verdadeiros sejam mostrados.

Também registro que não identificamos um projeto que realmente liberte aquela população das dificuldades que enfrenta. banisticamente haverá avanço, mas, do ponto de vista de geração e desenvolvimento econômicos, serão apenas os 4 mil empregos criados por conta da obra em si, que se perdem depois. Não estou falando disso, mas de emprego estruturante de toda uma região que foi aos poucos diminuindo a atividade econômica no Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, era isto. Deixo claro que meu propósito é ver tudo acontecer, o Estado se desenvolver. Há muito ainda a resolver no Rio de Janeiro.

Sei que não é responsabilidade de V.Exa., Sr. Ministro, mas apresentei alguns requerimentos de informação em 2008 — já terminei, Sr. Presidente, mas tenho de fazer este registro. O Ministro da Fazenda respondeu-me o seguinte: “Olha, não podemos informar o cronograma físico-financeiro das obras, porque, em se tratando de recursos que saem da Caixa Econômica Federal, ela está protegida pelo sigilo bancário, e essa informação não é possível.”

Eu tive de entrar em juízo pois isso é um absurdo. Queria apenas saber quem iria cuidar do teleférico. Até hoje não sei, embora tenha lido no jornal outro dia. Isso requer todo um trabalho muito rígido do ponto de vista técnico, pois estamos falando de uma linha de 1,5 quilômetro. É preciso rigor absoluto para que não haja qualquer tipo de insegurança no trajeto das 30 mil pessoas que transitarão pelo teleférico. Mas até hoje não sei exatamente.

São, portanto, 2 indagações que faço, com essas observações. Com relação à questão do desenvolvimento econômico, estamos falando de 600 milhões de reais. Qual é a poupança que um Estado tem para investir? O Estado da Paraíba, por exemplo, quanto tem por ano para investir autonomamente?

Estamos investindo 600 milhões num complexo de 120 mil pessoas. Urbanisticamente será um grande sucesso, mas, do ponto de vista da autonomia e da independência das pessoas — que se dá através do emprego —, eu não detectei iniciativa clara do Governo nessa direção.

[p27] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:28 Taq.:Margarida Rev.:



São estas as ponderações que trago para reflexão do eminente Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço ao Deputado Otávio Leite.

Acho que nenhum dos Parlamentares presentes deixou de fazer perguntas, então vou finalizar. Deputada Angela Amin, quer fazer alguma pergunta? O Ministro gostaria de ouvir V.Exa., Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA AMIN - Apenas gostaria de cumprimentar e mais uma vez engrandecer a atitude do Ministro que, cada vez que é convidado, aqui traz esclarecimentos, numa postura bastante transparente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis. Risos.)

A SRA. DEPUTADA ANGELA AMIN - Torço para que mais uma vez o Brasil possa se destacar nos 2 eventos, que são, sem qualquer dúvida, importantes para nosso desempenho internacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Obrigado, Deputada Angela Amin.

Sr. Ministro, V.Exa. terá de aguardar porque tenho perguntas a fazer. Fiquei para o final por ser anfitrião. (Risos.)

Começo, Sr. Ministro, registrando que agradecemos muito a disposição de V.Exa., que esteve conosco durante todo este tempo ouvindo e respondendo pacientemente todas as questões. Mas V.Exa. sabe que vai ter de acontecer muito mais do que isso para que o Brasil possa cumprir os compromissos que assumiu para a realização da Copa de 2014.

Tenho a sensação, pelas informações que levantamos até agora, de que nosso cronograma está extremamente atrasado, inicialmente com relação aos estádios. Não é da competência de V.Exa., mas os estádios são o núcleo de todos os acontecimentos que cercarão a Copa.

O cronograma previsto era para termos, em agosto deste ano, as licitações já na rua para que, em dezembro, fossem fechados os contratos e as obras começassem imediatamente em janeiro ou fevereiro. No entanto, o máximo que se pode antever hoje é que, somente em março, abril ou talvez mais à frente, tenhamos conseguido resolver pelo menos 20% a 30% dos estádios propostos.



Alguns Estados informaram que não têm recursos no orçamento e não podem tomar financiamento do BNDES porque não têm capacidade de endividamento. Eles não têm nenhuma alternativa, não há oferta por parte da iniciativa privada, mesmo estimulada, e aguardam que o Governo resolva a situação.

[p28] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:29 Taq.:Margarida Rev.:

V.Exa. está participando dos encontros com as cidades-sedes e certamente está acompanhando preocupado, como nós todos, o desenvolvimento da organização da Copa de 2014.

Temos problemas seriíssimos nos aeroportos e de infraestrutura, nas áreas de segurança e de saneamento, conforme foi levantado aqui. Somos todos aficionados por nossos clubes de futebol, no entanto, por mais que torçamos pelo Brasil, não há como eliminar essa preocupação.

Há outro componente, Sr. Ministro: até agora não sabermos quanto custarão os jogos da Copa de 2014. Quantos bilhões serão investidos? Há previsões que vão de 60 a 120 bilhões reais, feitas por entidades autônomas, mas o Governo ainda não esclareceu isso à sociedade nem a todos nós, membros desta Comissão encarregada de fiscalizar os recursos públicos federais especialmente.

Tivemos notícia de que, há algumas semanas, o Presidente Lula, juntamente com o Presidente da CBF, encontrou-se com representantes da ABDIB, pois já teria sido formalizado um convênio, há mais de 2 anos, para se fazer o diagnóstico dos custos de cada cidade-sede. E até hoje não há esse número, ele não foi divulgado.

A SINAENCO, que esteve presente em uma de nossas audiências públicas, estimou esses gastos em 120 bilhões de reais. A CNT, que também esteve conosco e apresentou o Plano CNT de Logística para a Copa de 2014 — V.Exa. provavelmente deve ter esse estudo —, estimou um investimento mínimo nas cidades-sedes de 54,82 bilhões de reais.

É neste contexto que estamos hoje tentando situar, digamos assim, o trabalho da nossa Comissão. Ontem realizamos um workshop num dos plenários das Comissões, com a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do Senado Federal; da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados; do Tribunal de Contas da União; dos Tribunais de Contas de praticamente todos os Estados, a



exceção do Rio Grande do Norte; das cidades-sedes; e dos Tribunais de Contas Municipais.

Todos compõem uma rede de fiscalização já em andamento, que tem vários objetivos. Primeiramente, ela pretende fazer uma fiscalização integrada e eficiente, em que a troca de informações dê à sociedade brasileira a garantia de que os recursos do contribuinte estão sendo empregados com seriedade, respeito e, principalmente, competência.

Pretendemos ter, em dezembro, um portal na Internet disponível a qualquer cidadão, no qual constarão todas as informações com relação a custos de cada setor, a legados previstos para cada um dos investimentos. Também constarão as informações prestadas pelos órgãos executores.

Aliás, sobre isso estaremos apresentando um projeto de lei talvez ainda nesta semana, que vai obrigar os órgãos executores de projetos da Copa de 2014 a apresentarem dados e detalhes de todos os custos e legados. Assim, poderemos acompanhar os fatos, a tempo de evitar aquilo que aconteceu com os Jogos Pan-Americanos, já foi tão falado. Por falta de planejamento e controle, por falta de fiscalização e, principalmente, de coordenação, chegamos ao gasto de quase 5 bilhões de reais, grande parte deles ainda sendo averiguados pelo Tribunal de Contas da União.

Ministro, esta é a visão que desejo transmitir a V.Exa. daquilo que percebemos na nossa Comissão, que talvez seja um pouco diferente do que muito foi falado. Esta visão torna-se um pouco mais ampla quando acabamos de conquistar o direito de também sediar as Olimpíadas de 2016, com investimentos iniciais previstos de quase 30 bilhões de reais. Na Inglaterra, tida como país bastante desenvolvido e com cidadania bem evoluída, os custos de organização da Olimpíada mais do que duplicaram desde que ganharam a condição de sediar as Olimpíadas de 2012.

V.Exa. vê que teremos muito trabalho pela frente. Na sua pasta concentram-se grande parte dos recursos previstos para a Copa de 2014, assim como certamente já se concentram os da Olimpíada de 2016.

Então, a disposição de V.Exa. de estar debatendo com esta Comissão e com as demais, a exemplo das Comissões de Turismo e Desporto e de Desenvolvimento

[p29] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:30 Taq.:Christiane Monteiro Rev.:



Urbano, dá-nos a confiança de que o Governo terá uma interatividade bastante esclarecedora, digamos assim, para que possamos cumprir nosso dever de fiscalizar — papel que cabe não só a esta Comissão mas também ao Congresso Nacional.

Não tenho perguntar específicas a fazer, já que várias foram feitas. Também não pretendo ampliar mais o tempo de permanência de V.Exa.

De antemão, agradeço a V.Exa. e registro que o procuraremos muito para obter informações ao longo do nosso trabalho. Muito obrigado.

Tem a palavra V.Exa. para finalizar.

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Obrigado, Sr. Presidente. Vou responder as perguntas pontualmente, de maneira mais rápida. Da minha parte, não tenho nenhuma limitação de tempo, mas sei que os senhores têm Ordem do Dia daqui a pouco, se é que já não se iniciou.

Bem, Deputado Fernando Chiarelli, a respeito de problemas quanto ao Morumbi, falei no início que o BNDES está verificando como montar uma linha para atender ao setor privado. Por aí passa a solução das questões. Os projetos apresentados ainda no âmbito de Prefeito, Vice-Prefeito, Governador, Vice-Governador, antes mesmo da discussão técnica no Ministério, prevêem várias soluções para se chegar ao estádio.

Quer dizer, o estádio continua sendo foco de todas as atuações na área de mobilidade. Surgiu até um projeto novo sobre o monotrilho — aquele a que me referi antes, mas não estava identificando a cidade. Há o monotrilho e também o VLT, para ligar Jabaquara, São Judas, se não me engano — tenho de guardar o nome das cidades do Brasil inteiro —, passando pelo Aeroporto de Congonhas e seguindo até o entroncamento com o Morumbi. Há, portanto, um projeto de ali se pegar, inclusive, o monotrilho.. Então, o Morumbi continua de pé até agora, sem problema nenhum. Basta somente a definição do BNDES quanto a financiamento do ente privado.

Eu gostaria de jogar em Ribeiro Preto, bela cidade, de tomar um chopinho lá no Pinguim. (Risos.)

O Deputado Edinho Bez., que já saiu, falou sobre a importância da viabilidade, de que a cidade trouxe um projeto de PPP. Mas é aquela história, pois a PPP tem de ter um dado inicial: qual a demanda dos passageiros. A partir daí, fazemos o projeto. Portanto, é preciso saber qual é o fluxo de passageiros, quantos



passageiros estarão utilizando o trecho e qual é o trecho. É o exemplo que citei: se passageiros estão aqui em cima, em outro circuito, é preciso saber se o setor privado está interessado em começar por esse lado e não pelo outro, que interessa à Copa. Até isso existe. Também é preciso dizer quanto é a demanda, quantos milhares de passageiros.

Sim, mas está competindo com o VLT, que já existe, ou com um outro modal qualquer. Como fazer para capturar um para o outro? Às vezes existe uma gestão integrada de transporte na região metropolitana, que passa pela relação com os empresários do setor de ônibus ou quem estiver explorando, que pode ser até o poder público. Vai se cancelar um modal em favor do outro?

Isso também tem de ser discutido política e economicamente. Não basta dizer que há disponibilidade de passageiro e, por isso, vamos montar a PPP. É preciso saber se foi combinado que os passageiros passariam todos para esse modal ou não. Esta é a preocupação. O Deputado Edinho Bez saiu, mas deixo registrada a resposta para ele.

Deputada Thelma de Oliveira, a respeito de Cuiabá, o nosso PAC de Mato Grosso é fortemente centrado na preservação do Pantanal. Ele é quase todo tratamento de esgoto sanitário, conforme que falei no início: ETE, ETE, ETE para tratar e evitar o risco de que se polua o Pantanal. Então, nosso foco está lá. Se for necessário ampliá-la no PAC 2, lá estaremos porque ele é um santuário que tem de ser preservado. Então, não há problema quanto a isso.

Quanto à visita lá, já falei com o Deputado Eliene Lima, que é do meu partido inclusive, sobre a reunião no dia 15, às 14h, na Assembleia Legislativa. Vou me organizar para, mais uma vez, estar em Cuiabá. Afinal, também sou cidadão mato-grossense.

Márcio Reinaldo, nosso querido Deputado, falou a respeito da preocupação com o setor hoteleiro. A preocupação do Governo, havendo dificuldades com relação ao número de vagas, é disponibilizar financiamento. Esse é o papel do Governo, disponibilizar financiamentos em condições que façam os empresários se interessarem.

Notem que, com esse anúncio das Olimpíadas no Brasil, aumentará muito o interesse do setor hoteleiro em fazer investimentos no País, porque quem vai ao Rio

[P30] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:31 Taq.:Lilian Rev.:



de Janeiro, vai a Minas Gerais, a Ouro Preto, vai a São Paulo, àquela região toda. O Rio de Janeiro será um atrativo para distribuir turistas pelo Brasil inteiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Esse fim de semana, se puder, vou dar um passeio em Belo Horizonte e Ouro Preto para fiscalizar mais ainda, usando o feriado.

A respeito de preocupações da CBTU, já liberei tudo que tinha a respeito de empenho para manutenção e custeio. Com relação a utilização de verba, eu tinha de acertar um problema de verbas do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito com a administração do Ministério. Mandei liberar e a Magda já empenhou tudo que havia para a CBTU e Trensurb. Não há nenhum problema mais.

A respeito da discussão do metrô de Belo Horizonte, entendo que o Governo e a Prefeitura estão partindo para os BRTs das Avenidas Antônio Carlos e Dom Pedro II e não estão mais pensando na Savassi e na Pampulha. Estão mais voltados para o BRT.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - O BRT é um corredor exclusivo de ônibus, fechado. Não é esse negócio de via seletiva, em que o carro entra. É fechado e ali só passa ônibus de grande capacidade. É como se fosse um trem, só que é um ônibus com ar-condicionado, motor de última geração, baixíssima poluição, bioarticulado. É como se fosse um trenzinho. É ônibus para valer, para transportar grande quantidade de passageiro. Já funciona lá no fura-fila em São Paulo, que teve nossa participação no PAC da Mobilidade Urbana.

Deputado Otávio Leite, o senhor lembrou bem a respeito da requalificação. No Complexo do Alemão já há uma unidade de geração de emprego ao lado da quadra de futebol. Até estou em falta, porque marquei a inauguração com uma pelada em que eu iria jogar com o pessoal do Complexo do Alemão. Inclusive, ia fazer um jogo de feminino contra masculino. As Mulheres da Paz queriam fazer um jogo comigo lá.

Portanto, ao lado do campo de futebol, já há uma unidade tratando disso. O senhor falou bem que existe aproveitamento de mão de obra local, pois cerca de 80% dela é local. Inclusive, a Fundação Oswaldo Cruz possui o projeto ABC na



Educação Científica – Mão Na Massa, que também permite às mulheres participarem do PAC.

Todos os nossos projetos de habitação seguem exemplo que veio do Programa HBB, que consiste em ter uma unidade de qualificação que possibilite a geração de emprego e renda no futuro, que dê sustentabilidade. Não basta dar a casa e depois ficar no Bolsa Família; queremos que haja alternativas. Há um caso concreto que gosto de citar. Quem é gaúcho aqui, o Deputado Afonso Hamm? Na entrada de Porto Alegre — quem se lembra? —, lá atrás havia uma favela terrível dos papeleiros, onde implantamos o HBB. Encontrei a obra sem muita velocidade; liberei para que tudo para ficasse pronto; e ela virou um condomínio quase de classe média. Diz respeito, portanto, a essa questão que o senhor está falando de qualificação. O líder dos papeleiros largou a profissão e agora trabalha com informática. (Risos.) É a realidade.

Aproveito este exemplo para registrar que este é um país de oportunidades: damos a casa, mas também o curso. Pode ser um caso específico, mas concordo que poderia haver ainda mais investimentos na área, porque o ponto é a sustentabilidade da própria família. Mas estamos investindo no futuro, porque quando muda o ambiente de habitação a garotada é que se beneficia mais, pois pode trazer os amiguinhos de outros bairros para casa, pode brincar e estudar, pode usar a Internet. E passa a crescer na vida também.

Lembro que na região da antiga fábrica das Poesi, que foi destruída, está sendo construída uma grande escola para a garotada estudar, além de uma creche ao lado. E, no próprio Complexo do Alemão, temos agora o que se chama de UPÃO, Unidade de Pronto Atendimento. Manguinhos tinha a maior UPA construída no Rio de Janeiro. A do Complexo de Alemão, que fui ver agora, é o dobro da de Manguinhos. Portanto, está havendo muito cuidado com as áreas de atendimento médico e escolar.

Há ainda a questão das fábricas que existiam em Jacarezinho e na Avenida Brasil. Se mudarmos a qualidade de vida da população, que participa dessa própria construção, com ações mais diretas da presença do Poder Público, assegurando atendimento em saúde, um Corpo de Bombeiros próximo e um policiamento mais ostensivo, entendo que poderemos ter a segurança de volta. Caso isso ocorra, não

[P31] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:32 Taq.:Lelaine Rev.:



da noite para o dia, mas progressivamente, essas fábricas também poderão retornar, já que muitas delas saíram da região A GE é um caso concreto em Jacarezinho: fechou e foi embora, porque não aguentava mais. A Poesi também acabou. Aquela cooperativa de leite foi embora.

Com relação aos investimentos — não sei quem conhece o Rio de Janeiro — na parte do Benfica havia uma unidade do Exército, que era a Intendência. Meu pai é médico militar e, quando eu era garoto, ia fazer compras com ele em Benfica, porque não existiam supermercados no Rio de Janeiro. Houve uma decadência total, a tal ponto que o Exército fechou a Intendência em razão da insegurança. Hoje em dia, há ali uma superescola de alto nível, construída para a garotada, com um parque ao lado. Outro dia a imprensa noticiou que tudo isso estava fechado porque não estava havendo aproveitamento. Liguei para os Secretários de Educação e de Transporte e hoje a escola está funcionando e a comunidade está utilizando as piscinas e os parques. Existe vontade de fazer, mas às vezes é preciso ajustar a negociação para a utilização dos equipamentos.

O teleférico realmente é grande investimento. Não tenho o número correto, mas não é somente 1 quilômetro, Deputado, acho que são quase 3 quilômetros, pois vai de Bonsucesso, sobe, vai lá na ponta do Morro do Adeus. São cerca de 3 quilômetros, se não me engano. É enorme.

A respeito da visita da Ministra Dilma Rousseff, eu estava lá e há várias fotos que demonstram isso. O contato foi feito com os trabalhadores locais, com quem falamos várias vezes durante toda visita à obra. Foi uma rápida visita. Não que quiséssemos, mas todos nós estávamos à espera do quê, Deputado? Da decisão que viria de Copenhague. Então, tínhamos de voltar depois para Copacabana para esperar e torcer. Pousamos na Lagoa e depois pegamos um congestionamento brutal para chegar em Copacabana. Já estava vendo a hora em que receberíamos o resultado dentro da própria van onde estávamos, porque foi difícil chegar lá.

Os cursos da Unidade de Geração de Emprego, por incrível que pareça, passam pelo de cabeleireiro, informática, línguas e vão até, vejam que sofisticação, o de gastronomia. Depende da iniciativa de cada um querer participar dos cursos, para ter oportunidade de entrar no mercado de trabalho. Não se respondi todas as indagações, mas basicamente é isso.



No que se refere aos números liberados e à questão dos percentuais de cada ano, o PAC é plurianual, ele tem valores para cada ano. Nenhum empenho é perdido, então, a velocidade de execução das obras permite que os pagamentos sejam mais rápidos. Todo o tempo que perdi — conforme falei na exposição inicial, a questão ambiental, a discussão de edital, a regularização fundiária, etc. — atrasou o início, mas agora o cronograma está seguindo normalmente. Com isso, tudo funciona mais rapidamente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ministro, perdoe-me, a respeito da manutenção do teleférico, quem será o responsável: União, Estado ou Município?

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - O Estado. Toda a responsabilidade é do Estado, porque a obra é estadual. Obra da Prefeitura é apenas o terreno da Coca-Cola, que está ali embaixo. Os projetos são do Governo do Estado, inclusive a aquela área da Poesi também — a Poesi, para quem não sabe, é uma antiga fábrica de *lingerie*, que teve de ser fechada por falta de segurança.

Deputado Silvio Torres, estive presente em todos os Estados, com exceção do Rio Grande do Norte, a cidade de Natal. Tive contato com todos as 11 cidades-sedes e não vi nenhuma preocupação maior com relação ao cronograma para o início da obra da Copa. Ainda mais porque foi esclarecido ao setor privado que está sendo estudada a montagem de uma linha de crédito para ele também.

Senti algumas dúvidas, por exemplo, em quem tinha PPP porque ela está indefinida, não por falta de financiamento, mas, como disse o Deputado Edinho Bez, por questão da viabilidade: se será válida para o estádio como para o metrô. É o *day after*, o dia depois.

Para quem não estava aqui no início, indaguei se é preciso tanto investimento para 2, 3, 4 dias de jogos. É bom lembrar que os jogos não serão todos realizados na sede pois, à medida que for afunilando, vão sair de lá. Os jogos serão sempre bons? Todos poderão entrar no estádio? Todos quererão ver os jogos que serão realizados? Pode ser que os jogos não sejam de primeira categoria, sejam de categoria intermediária. Como há surpresas, tudo pode acontecer. Isso tudo deve ser levado em conta. Quem vai ou não para o estádio.

Outra dia fiz a seguinte pergunta a uma representação — permitam-me não dizer a cidade: "Onde está a área da classe média, que tem poder aquisitivo para



assistir a 1, 2, 3, 4 ou 5 jogos, se houver, na cidade? Porque cada um terá que pagar pelo bilhete, que não será barato." Ela respondeu: "Está próxima ao estádio". Eu falei "Ótimo; se eu coloco o feriado, se mexo nas férias escolares e se todo o mundo está perto do estádio, não é preciso investir muito." Assim, vou investir no deslocamento para a Fan Fest para trazer os turistas que vêm de fora, que vão ficar nos hotéis e vão utilizar os famosos ônibus receptivos. Tais ônibus terão de trafegar por áreas de BRT, algum corredor exclusivo, senão o turista não chegará lá. Esse é o problema.

Então, com relação ao estádio, não senti preocupação maior, pois todos estão falando que vão cumprir o cronograma, que não para agora; é, se não me engano, para 1º de março.

A respeito de valores trazidos por algumas entidades privadas, não tomem isso como crítica aos levantamentos: os levantamentos foram feitos de maneira criteriosa, mas, em muitos momentos, não houve foco na Copa. Pensou-se no que é necessário para mudar a cidade, o que é preciso ser feito para se ter uma cidade ideal. Aí realmente o número sobe muito, pois entre precisar de algo fundamental para a Copa, um modal para levar a turma ao estádio, e querer salvar a cidade inteira, há muita diferença.

Então, um dos levantamentos passa por aí. São levantamentos ótimos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Ministro, só para esclarecer: esses levantamentos foram baseados em compromissos que as cidades-sedes assumiram com....

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - Não há compromissos, por exemplo, na área de mobilidade. Não há nenhuma carta. Com o COI existe, sim. Para quem não sabe, quando a Comissão do COI veio ao Brasil, em Copacabana, fiz uma exposição sobre transporte. Aliás, naquele dia, numa jogada de *marketing* — havia 2 franceses, 2 suíças e 1 marroquina —, fiz a exposição em francês para poder ganhar a turma. Quando falei em francês, a recepção foi surpreendente. Fiz, portanto, a jogada de *marketing* para poder angariar simpatia também.

Ali, sim, tenho a carta-compromisso, que fala em 3 linhas para as Olimpíadas, — já respondi ao Deputado do Rio de Janeiro há pouco. Agora, para as cidades-sedes, não existem compromissos específicos, apenas gerais, quanto ao



estádio e ao atendimento. Tanto é verdade que Prefeitos e Governadores estão mudando o projeto: "Agora, não quero mais isso, quero aquilo." Ou os 2 falam juntos: "Não, a prioridade vai ser outra". Então, não existe compromisso específico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Estão mudando os projetos de mobilidade?

O SR. MINISTRO MARCIO FORTES - De mobilidade. Conforme estou falando, não existe compromisso com a FIFA, nem data.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO MÁRCIO FORTES - É. Agora é o BRT, o corredor de ônibus. Então, isso muda.

Também não há um cronograma de datas. Quando ao cronograma, Deputado, é o seguinte: o cronograma do estádio tem de estar pronto para a Copa das Confederações; o outro é compromisso interno nosso. Quem já não fez uma reforma de banheiro, com previsão para ficar pronta em uma semana, mas foi concluída 6 meses depois, pelo triplo do custo e funcionando tudo errado? Não é isso? Um banheiro tem 10, 12, 15 metros quadrados, imaginem então uma obra que não sabemos quando ficará pronta!

O compromisso é nosso, portanto, vamos ver qual é o cronograma de conforto. Três meses? E se a obra não ficar pronta? O eixo vai direto lá, é uma opção fazer o modal, importantíssimo para se chegar ao estádio. Já está confuso porque não se sabe se será ou não PPP. Se isso parar no meio do caminho, ninguém chegará ao estádio. Como será? Então, é preciso haver um cronograma de muito conforto nesse caso. Quando é um pouco mais afastado do estádio, tudo bem. Mas para o modal que vai desembarcar no estádio é preciso ter muito cuidado para não inviabilizarmos a presença das torcidas.

Independentemente de qualquer projeto de lei de iniciativa dos senhores — os quais são muito bem apresentados —, quero dizer que estou sempre à disposição para vir aqui quando quiserem. Sempre dou meu telefone, que é 9121-5527.

Quanto ao PAC, não recebi nenhum telefonema dizendo "Que horrível, está tudo parado na minha rua". O senhor sabe quais telefonemas recebo da população? "Ministro, veja aqui: na minha rua tem isso, tem aquilo, e eu não tenho o PAC. Na

[P32] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:34 Taq.:Luciene Motta Rev.:



rua do lado tem um PAC; no bairro do lado tem. Por que eu não tenho? “Então, tenho de sair a campo para descobrir onde é a rua do lado, qual valor está sendo alocado, por que lá andou, enquanto, na outra rua, não há nada.

Muitas pessoas estão pedindo mais PAC. Elas querem. O Deputado sabe que o jornal *Extra* fez um acompanhamento na Baixada do Rio de Janeiro. Dei o número de meu telefone e todo mundo ligava. Aquela senhora que apareceu na capa do jornal era Saracuruna. Na fotografia, eu estou de um lado, atendendo ao telefone, e ela do outro, falando: “Aqui, é a Jaqueline Ribeiro, de Saracuruna”. Os senhores sabem que ela reclamou porque lá não havia PAC? Ela foi ao Prefeito Zito, que resolveu a questão.

No outro dia, o *Extra* disse-me: “Ministro, a obra que ela estava pedindo nem do PAC era, não tinha nada do PAC, naquela região. Ela aproveitou, ligou e ganhou um extra do Prefeito Zito.” (*Risos.*) Não tinha nada a ver com o PAC. Então, as pessoas estão pedindo mais PAC. E o Prefeito, como teve capacidade e o discernimento, atendeu rapidamente àquela senhora e prestou-lhe o atendimento que queria.

No que tange à fiscalização, sempre estamos abertos. No meu Ministério, não uso o sistema de convênios, não faço convênio com Prefeitura nem com Governo estadual. Meus recursos transitam via Caixa Econômica Federal, que faz os contratos com Prefeituras e governos. Aí há uma grande vantagem: eu pago à CEF, que é parceira e mandatária, para que ela analise previamente o projeto que a mim é encaminhado, para que seja confirmado por meio do SPA. A Caixa tem a responsabilidade de acompanhar a realização da obra; ela atesta quanto foi executado — solicita à Prefeitura a medição, por exemplo — e faz a tramitação para que eu possa fazer o pagamento. Então, não existe o risco de o dinheiro ser entregue a um ente qualquer e desaparecer. Não existe isso. Primeiramente, há a medição; depois tem o atesto da Caixa; em seguida chega até mim para pagarmos.

Se, no meio do caminho, já tiver alguma fiscalização que peça a suspensão dos pagamentos para uma análise qualquer — da CGU, do Tribunal de Contas ou da Polícia Federal —, simplesmente suspendemos na hora a tramitação que estiver em curso. Se o dinheiro não foi pago ainda, não há problema. Então, quanto a isso, pode ficar descansado: não entrego dinheiro por obra que não é realizada.



Deixe-me ver o que anotei mais aqui. A título de curiosidade, o senhor falou em vários órgãos de fiscalização, recebi correspondência do Ministério Público Federal na qual ele disse que está criando um grupo de trabalho e até me pediu que indicasse um interlocutor. Respondi hoje indicando até uma pessoa que estava aqui presente, o Fernando, para fornecer as informações pedidas sobre projeto, participação e recursos a serem eventualmente liberados.

Volto a repetir: a questão no momento é o financiamento. Vamos ver como anda a crise e a arrecadação, para podermos pensar em orçamento e no quê alocar. Isto vale também para os Estados e para todo o setor econômico, por exemplo, para a área de hotelaria, que quer fazer investimento. Todo mundo está atrás de financiamento porque o importante é ter recursos para fazer algo. Se não houver financiamento, como fica? O importante é ter o financiamento, para evitar que se diga: "Eu quero fazer uma coisa e não tenho como". Com financiamento, há condições. Como o BNDES está oferecendo condições boas, poderá haver a solução para os entes privados.

Agradeço a todos a oportunidade. Podem chamar-me à vontade. Virei aqui independentemente de convocação ou convite, basta um simples telefonema. Às vezes, permito-me dizer que seria melhor vir na semana seguinte, quando poderei ter acúmulo maior de informações. Hoje fiz questão de vir, mas tinha falado: "Deputado, estou no meio do caminho, sentindo-me sem condições de responder às perguntas." Mas a presença dos senhores até esta hora revela que o tema é candente. Todos somos técnicos de futebol, portanto, agora todos temos de cuidar do futebol.

Mais do nunca, para o futebol e mais para as Olimpíadas, estamos falando muito em infraestrutura, em fazer isso e aquilo. A garotada que vai participar das Olimpíadas em 2016 que idade tem hoje? Doze, 11 anos. Aquela garotada da ginástica olímpica terá que idade lá na ponta? Aquelas meninhas terão 13, 14 anos. Que idade elas têm hoje? Sete. Temos de pensar — é obrigação de todos, dos clubes e do Governo, por meio do Programa Segundo Tempo — em formar a turma agora, pois, desculpe-me o Barão de Coubertain, que dizia que o importante é competir; para mim, o importante é ganhar. (Palmas)

[P33] Comentário: Sessão:1687/09
Quarto:35 Taq.:Luciene Motta Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradeço mais uma vez ao Ministro a presença e os esclarecimentos.

Enquanto S.Exa. fala com a imprensa, peço aos Deputados que permaneçam no plenário porque, por se tratar de audiência pública conjunta, precisamos votar a ata hoje mesmo. Tendo em vista cópias da ata foram distribuídas aos Deputados, pergunto se há necessidade de que seja feita a leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Pedimos a dispensa da leitura da ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O Deputado Márcio Reinaldo Moreira pede dispensa da leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a ata.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Está encerrada a presente reunião.